

Aprovada na 1029ª sessão

ALADI/CR/Ata 1028  
10 de dezembro de 2008  
Horário: 10h05m às 13h30m

ATA DA 1028ª SESSÃO, ORDINÁRIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 1027a. sessão.
4. Tratamento dos Projetos de Resolução apresentados pelo Grupo de Alternos:
  - Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 213/Rev. 2).
  - Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 214/Rev. 3).
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre solicitação de adesão do Panamá.
6. Metodologia de trabalho com vistas à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (comércio de serviços).
7. Contratação de consultores:
  - Nota 3430 da República Bolivariana da Venezuela.
  - Relatório da Secretaria-Geral.
8. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas. Consideração do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2009.
9. Apresentação da Secretaria-Geral da nova página WEB.

10. Assuntos diversos.

---

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Mariana Plaza (Argentina), Regis Percy Arslanian, Otávio Brandelli, Ivana Marília Gurgel, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Eduardo Araya Alemparte e Camilo Marcelo Navarro Ceardi (Chile), Catalina Haydar (Colômbia), Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador), Cassio Vitale Luiselli Fernández e Dora Rodríguez Romero (México), Emilio Lorenzo Giménez, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly (Paraguai), Ricardo B. Romero Magni e Jéssica Pásara Caycho (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Luján Barceló (Uruguai), Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).  
Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero.  
Subsecretários: Ricardo Hartstein, Oscar Quina Truffa.

---

PRESIDENTE. Bom dia a todos, damos início à 1028ª sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...O ponto primeiro é a aprovação da Ordem do Dia.

Coloca-se para consideração a Ordem do Dia. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Simplesmente gostaria, Presidente, de apresentar um brevíssimo relatório do Grupo de Trabalho sobre a Adesão do Panamá, para ter os colegas informados.

PRESIDENTE. Obrigado, é incluído na Ordem do Dia.

Quanto à Ordem do Dia, quero dar duas informações para que este Comitê esteja em autos. O primeiro, que me acaba de entregar a Secretaria, é uma nota de 9 de dezembro, ou seja, de ontem, às 20h19m, do Vice-Ministério das Relações Exteriores e Comércio Exterior da Bolívia, onde asinala que em relação a esta Sessão Ordinária, por razões de serviço, não podem assistir e pede, leio textual "pelo que agradecerei que instrua os responsáveis da Secretaria a seu cargo que sejam tomadas todas as previsões técnico-logísticas para que a Representação da Bolívia possa participar na reunião mencionada, mediante videoconferência ou fonoconferência".

Levo esta Nota ao conhecimento do Comitê, pediria à Secretaria-Geral que, se os senhores considerarem oportuno, elaborasse um relatório técnico, mas como Presidente em exercício do Comitê, não considero adequado aceitar esta modalidade, pelo que peço especificamente que nos pronunciemos sobre este tema antes de iniciar a Reunião.

A Secretaria-Geral poderá elaborar algum relatório?

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, Presidente. Pediria ao Chefe da Área Técnica de Computação, encarregado do sistema de videoconferência, que elaborasse um relatório claro da situação e as dificuldades técnicas que isto implica. Adianto que uma das questões refere-se a que teríamos que mudar-nos de sala, teríamos que ir a outra sala, que começar a fazer provas, o qual não é um questão fácil, mas aqui está o Técnico para que possa nos informar.

SECRETARIA (Andrés Gelós). Muito obrigado. Efetivamente, o equipamento de videoconferência está instalado na Sala C exclusivamente, os cabos de comunicação chegam especificamente a essa sala, porque todos os organismos que têm equipamentos de videoconferência destinam uma sala para esse fim, porque os cabos são muito específicos. Então, o primeiro ponto é que toda a sessão do Comitê deveria ser trasladada à Sala C, que é menor do que esta e não conta com a infra-estrutura de áudio e gravação para o registro das deliberações.

O segundo ponto, como mencionava o Secretário-Geral, é que não foram feitas provas de comunicação com a Direção-Geral de Negociações, Integração e Acordos Comerciais da Bolívia, pelo qual o estado das linhas de comunicação, em uma comunicação de videoconferência, é fundamental, e não se sabe o estado das linhas de comunicação, portanto, poderia ser feito um traslado de todos os senhores para lá e ter uma imagem péssima ou um áudio péssimo, não é possível garantir já a qualidade, não é como uma chamada telefônica, são várias chamadas telefônicas simultaneamente.

E isso nos leva ao terceiro tema, na carta não foram encaminhados os dados da videoconferência deles, deveríamos saber se a videoconferência a ser estabelecida é sobre linhas digitais ou sobre a Internet, a que velocidade se faria, qual seria o endereço ao qual nos comunicaríamos, a videoconferência tem um endereço, linhas digitais, tem um endereço e não o temos. Neste minuto, se nos trasladarmos, eu não saberia. Essas seriam as considerações a serem determinadas em relação à videoconferência.

A segunda alternativa proposta por eles é uma fonoconferência, a possibilidade de conectar o equipamento de gravação da sala ao alto-falante e aos microfones da sala, para ter comunicação nos dois sentidos. Para isso, é necessário adquirir um equipamento que não temos na Secretaria, já ligamos, de manhã, à empresa que tem a manutenção do equipamento de gravação da sala e não tem em estoque esse equipamento, que é específico, semelhante ao que usam as rádios, poderíamos conseguir um, mas é necessário adquirir esse equipamento e não foi possível em meia hora. Tecnicamente poderíamos dispor de um equipamento para uma futura ocasião, mas não para esta.

Isso é o que tinha para comentar-lhes. Muito, obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Gostaria de ter a opinião do Comitê, à margem das dificuldades técnicas, se este Comitê estiver disposto a aceitar este tipo de procedimentos, porque as dificuldades técnicas hoje estão e daqui a 10 dias podem ser superadas, então, quero saber do ponto de vista político-operacional se o Comitê está disposto a aceitar este temperamento de vídeos e fonoconferências. O tema já tinha sido proposto mas, diante da persistência da nota da Bolívia, peço ao Comitê que se pronuncie.

A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, Presidente. A opinião do Chile é quanto à segunda proposta feita, considero que não corresponde, não

procede, aplicar isto como sistema de participação nas reuniões do Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação do Chile. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Da mesma forma que o Chile, creio que o Comitê tem sua mecânica de trabalho e o tema das videoconferências talvez poderia ser utilizado de forma excepcional, mas creio que o Comitê tem que continuar com este sistema de trabalho que temos aqui. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Paraguai. A Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, não lembro mas creio que o senhor ou o Secretário-Geral nos informaram há uma semana, dez dias, que a situação da Representação da Bolívia seria regularizada e que a Bolívia passaria a ter um Representante Permanente aqui no Comitê. Não entendo, portanto, o propósito desta nota, ou o objetivo, se a intenção da Bolívia for ter um Representante Permanente aqui, instalado em Montevidéu, como costuma ser, porque somos Representantes Permanentes por isso, porque somos permanentes aqui, por isso temos Alternos, quando não estamos temos Alternos para que sejam permanentes aqui. Não entendo bem o objetivo da nota, ou isso significa senhor Presidente que a Bolívia não vai ter um Representante Permanente, não entendo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Gostaria de saber se a Delegação do Brasil aceita ou não a modalidade de videoconferências.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, eu disse que somos Representantes Permanentes, instalados aqui, e para isso temos, na nossa ausência, Alternos.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação Permanente do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Senhor, Presidente. Igual que as Representações anteriores, mas gostaria de destacar também certa estranheza, a nota dá a impressão de que se quer que esta sessão seja realizada por meio de videoconferência, e temos todos a sensação de que vai ser solucionado, de acordo com o que manifestava o Brasil e o que, em algum momento, manifestou a Presidência, que vai ser solucionada a permanência da Representação da Bolívia no futuro, não faria sentido um investimento para o futuro, para ter fonoconferências, quando vai estar solucionado o problema da permanência.

Quanto a esta sessão, já sabemos que é impossível pelos inconvenientes técnicos e a falta de provas realizar por videoconferência, creio que o pedido é totalmente inadequado.

Independentemente disso, creio que devemos insistir em que a forma normal de funcionamento do Comitê é pela presença permanente dos Representantes que estão aqui, em Montevidéu, de forma física. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Também queremos nos pronunciar no sentido da permanência dos Representantes e,

portanto, sua presença física, nos momentos das Reuniões do Comitê. Também quero lembrar que a Representação da Bolívia solicitou que as reuniões tivessem uma periodicidade quinzenal, isto é, se agora fossem quinzenais e por videoconferência, estaria sendo desvirtuado o mecanismo de trabalho desejável deste Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Naturalmente não para pronunciar-me sobre o mesmo porque está clara a nossa posição, mas creio que o fato de que tenha surgido esta situação, embora seja a primeira vez pode não ser a última, e o que proponho é que talvez deveria se legislar ou debater, discutir, para que este seja um ponto que esteja devidamente incorporado nas normas de funcionamento do Comitê de Representantes, muito explicitamente para que não haja equívoco. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço a sugestão e considero razoável. De todas formas, está claro, foi assinalado pela Delegação do Brasil, que com o caráter de Representações Permanentes mais Alternos, esta não é a modalidade habitual, de todas formas considero que seria útil que este Comitê adotasse alguma resolução na qual indicasse especificamente que essa não é a nossa metodologia de funcionamento.

Não havendo mais intervenções, solicitamos à Secretaria-Geral informar, por escrito, sobre o tratamento deste tema no Comitê, as razões técnicas e políticas também indicadas.

O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Visto que estamos em plena reunião, Presidente, proponho o seguinte método de trabalho neste caso, solicitei ao Subsecretário Hartstein, que tem a comunicação permanente com o Representante boliviano, que lhe transmitisse esta decisão, sem prejuízo de que preparamos a resposta por escrito, na qual são assinalados ambos os temas, uma impossibilidade de fazê-lo hoje e, segundo, a disposição ou a decisão do Comitê de que o método de funcionamento é de forma permanente com Representantes Permanentes assistindo às reuniões.

PRESIDENTE. De acordo, muito obrigado, Secretaria, então, informará, por enquanto, telefonicamente, e depois por escrito.

Antes de continuar com os Assuntos em Pauta, como estávamos com a aprovação da Ordem do Dia e tive este desvio para tratar o tema da Bolívia, quero manifestar, ainda, que o Embaixador da Venezuela me informou que ainda não estava em condições de tratar um par de temas vinculados com a Conferência de Avaliação e Convergência, as Diretrizes, visto que ainda não tem as instruções correspondentes, pelo qual creio que esse ponto não poderá ter um tratamento final de encerramento.

Antecipados esses temas vamos ao ponto 2.

## 2. Assuntos em Pauta

... O ponto 2 é Assuntos em Pauta. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente, no documento que consta nas Pastas dos senhores estão as notas ingressadas desde a realização da última reunião.

“1. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 91, de 01/12/2008.

Comunica cessação de funções do Conselheiro Hernán Rafael Cáceres.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 278, de 02/12/2008.

Comunica que pelo Decreto que menciona foi promulgado o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 59.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2829.

3. Representação Permanente do México. Nota N° 095/2008, de 04/12/2008.

Informa o apoio do Governo do México à plena incorporação do Panamá à ALADI.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2812.5

4. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 756/2008, de 4/12/2008.

Manifesta que seu Governo apóia o ingresso da República do Panamá como país-membro da Associação Latino-Americana de Integração.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2812.6.

5. Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação:

Equador: Cheque de 04/12/2008, pela quantia de US\$ 252.045,81, destinados a pagar dívidas para o Orçamento da Associação.

6. Convites recebidos:

Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 277, de 02/12/2008. Comunica a realização do "Seminário Internacional Integração Produtiva: Caminhos para o Mercosul", Brasília 8 e 9/12/2008.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Comunica a realização da "Reunião multianual de especialistas sobre a cooperação internacional, cooperação Sul-Sul e integração regional", Genebra, 4 e 5/02/2009.

7. Nota da Organização de Estados Americanos - OEA dirigida à Secretária-Geral manifestando a vontade de aderir ao Acordo de Cooperação Conjunta entre a ALADI, ARPEL, CEPAL, CIER e OLADI, para o desenvolvimento do projeto "Relatório energético setorial da América Latina e o Caribe" (ALADI/SEC/di 2196)”

...Porém, quero destacar três pontos, um, a comunicação que recebemos da Representação do Uruguai favorável à incorporação do Panamá, que se acrescenta a outras

já recebidas e que estão sendo enviadas ao Grupo de Trabalho coordenado pelo Embaixador do México, que certamente posteriormente se referirá com mais detalhes.

O segundo tema é que recebemos uma importante contribuição do Equador, que abrange alguns atrasos e pagamentos correspondentes à suas parcelas, que agradecemos como é habitual, Embaixador, sabemos o esforço que significa, neste momento, ter feito a contribuição correspondente de, como consta na nota em Assuntos em pauta, pouco mais de 250.000 dólares.

Finalmente, gostaria de manifestar que recebemos uma nota da Organização dos Estados Americanos, dirigida à ALADI, na qual manifesta sua vontade de aderir ao Acordo de Cooperação Conjunto entre a ALADI, ARPEL, CEPAL, CIER e OLADE, para o Desenvolvimento do Projeto Relatório Energético Setorial da América Latina e o Caribe. A ALADI funciona como Secretaria Coordenadora deste Convênio, pelo que imediatamente depois de recebida esta nota, foi comunicada aos demais organismos, e já recebemos uma resposta favorável deles à incorporação da OEA. Se contestarem todos os membros, oportunamente a OEA também terá que assinar o Acordo e isso será informado no momento. Nada mais, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria-Geral.

A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Para comunicar que enviamos uma nota, ontem ou anteontem, também sobre o respaldo do Equador à adesão do Panamá. E essa não foi passada.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação do Equador.

### 3. Consideração da Ata correspondente à 1027ª sessão

... Se nenhuma outra Representação não quiser fazer uso da palavra, passamos à consideração do ponto 3, relacionado com a Ata correspondente à 1027ª Sessão Extraordinária.

Se nenhuma Representação quiser fazer observações, daríamos por aprovada a Ata correspondente à 1027ª sessão extraordinária.

### 4. Tratamento dos projetos de Resolução elevados pelo Grupo de Alternos:

- Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 213/Rev. 2)
- Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 214/Rev. 3)

...O ponto 4 é o Tratamento de projetos de Resolução elevados pelo Grupo de Alternos, onde sabíamos que estava pendente a resposta da Venezuela, como sabemos não vai ser possível hoje. Não sei se a Representação do Peru quer dizer algo a esse respeito.

Tem a palavra a Representação do Peru e depois a do México.

Representação do PERU (Ricardo Romero Magni). Obrigado, Presidente. Como o senhor mencionou, não estaríamos em condições de abordar o tema 4, até que não sejam tratados, em conjunto, os dois temas.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Presidente, pergunto se agora seria um bom momento para meu breve relatório antes de entrar na matéria fundamental da agenda de trabalho de hoje.

PRESIDENTE. Se nenhuma outra Representação quiser fazer uso da palavra em relação ao tratamento do ponto 4 da Ordem do Dia de hoje, que ficaria em agenda pendente para a próxima reunião do Comitê.

#### 5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre solicitação de adesão do Panamá

...Pediríamos ao senhor Coordenador do Grupo que está tratando a questão do Panamá, o Embaixador do México, que informasse sobre esse tema.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado. Brevemente, são 5 ou 6 pontos que quero destacar. Primeiro, agradecer à Secretaria, ao Subsecretário Ricardo Hartstein seu apoio e ao Embaixador Arslanian que teve a gentileza de estar conosco no Grupo, e convidar os senhores Embaixadores se podem assistir porque isso vai fazer mais ágil e mais rápido o processo de adesão do Panamá, processo que todos consideramos vai bem e com a simpatia de todos nós.

Até agora, agregando Equador, temos já as notas de aquiescência da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Uruguai, México e Equador, tudo vai bem.

Discutiu-se sobre se a nota enviada era suficiente para detonar todo o processo. A nota enviada pelo Ministério das Relações Exteriores panamenho ao Presidente do Comitê de Representantes era e é suficiente para detonar todo o processo de adesão.

Discutimos os pontos substantivos de todo o procedimento –muito com base no que se fez no processo de adesão de Cuba- e são sete os temas:

Primeiro, a natureza jurídica do instrumento em que é formalizada a adesão, o Conselho de Ministros tem que resolver a adesão e depois são depositados os instrumentos do caso.

Segundo, a classificação do país solicitante em alguma das categorias às que se refere o TM80.

Terceiro, a contribuição que lhe corresponderia no Orçamento anual da Associação.

Quarto, a incorporação do Panamá à PTR e os Acordos Regionais vigentes.

Quinto, a conversão dos acordos de alcance parcial assinados pelo Panamá com os países-membros, ao amparo do Artigo 25 do TM80, a acordos de complementação econômica.

Sexto, as possíveis implicações resultantes da adesão do Panamá aos acordos da ALADI.

Sétimo, a informação que solicitaremos ao Panamá e à Secretaria-Geral, com relação à adesão desse país para a ALADI. A Secretaria-Geral nos entregará um primeiro documento sobre a situação econômica e social do Panamá que servirá para ver em que classificação fica, é muito possível que fique como um país de desenvolvimento intermediário e terá, portanto, responsabilidades financeiras dessa categoria.

Finalmente, a idéia é acabar mais ou menos pronto, em março terminar as deliberações do Grupo de Trabalho, aí teria que vir uma missão técnica panamenha e tomara que possamos saudar um novo membro da ALADI, mais ou menos na metade do ano, em um Conselho de Ministros.

Isso é o que tenho que informar, dia 11, amanhã, nos reunimos novamente e tomara que possamos contar com alguns dos senhores, colegas Embaixadores. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado ao Representante do México. Embaixador Luiselli a que hora é amanhã a Reunião.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández) Às 11 da manhã.

PRESIDENTE. Então, amanhã, às 11h, reunião sobre o tema Panamá para que fiquem os Chefes de Missão adequadamente informados, nesta mesma sala.

Há alguma Representação que gostaria de fazer uso da palavra com relação ao tema Panamá?

A Secretaria-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Somente informar que o senhor Chanceler do Panamá, de forma insistente, dirigiu-se ao Secretário-Geral, solicitando que nas Cúpulas de Bahía pudéssemos ter um encontro, uma entrevista, e manifestei que com muito prazer teria uma entrevista com ele, no dia e na hora melhor para ele.

Era minha intenção poder transmitir-lhe o que o Grupo de Trabalho, encabeçado pelo Embaixador Luiselli, está neste momento realizando, sem prejuízo de informar-lhe formalmente todos os apoios que já recebemos, que creio que são oito, temos bastantes, e uma excusa ao Embaixador do Equador de que não tenhamos incluído a nota que ontem nos enviou. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria. Não havendo outras intervenções, daríamos por concluído o ponto referente à solicitação de ingresso do Panamá.

#### 6. Metodologia de trabalho com vistas à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (comércio de serviços)

...Passaríamos ao ponto 6. Este tema está intimamente vinculado com o ponto 4, mas não é exatamente o mesmo porque, também necessitamos ordenar as coisas, do ponto de vista que já foi discutido, em algum momento no Comitê, como continuariam o tratamento daqueles temas sem unanimidade, como exemplo, o projeto de Resolução sobre o comércio de serviços foi aprovado por uma maioria, mas não por unanimidade.

Então, fica pendente de discussão, e fica para que lembremos este tema simplesmente, como é a metodologia quando há uma reserva de caráter geral sobre um projeto, ou quando há duas ou três observações sobre um Projeto mas uma maioria, digamos qualificada, aprova-o, todos esses temas ficam pendentes de definição.

Tenho claro que deveríamos ordenar tudo isto antes da convocação do Conselho de Ministros, para saber com que metodologia vamos trabalhar, se são elevadas somente aquelas Resoluções que têm a totalidade da aprovação, como se tratou em algum momento neste Comitê, ou vamos insistir com a metodologia de que alguns temas, embora não tenham a aprovação por unanimidade, seriam elevados ao Conselho de Ministros.

O tema não é para ser resolvido hoje, apesento todos os temas que temos pendentes porque os pontos 4 e 5 são os que faltam com vistas a concluir as tarefas para convocar o Conselho de Ministros.

A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Era para dizer que estou de acordo com o senhor, Presidente, vamos deixar isso junto ao ponto 4, junto também com alguma definição mais clara sobre a Bolívia, junto com a participação da Bolívia. Como podemos pretender discutir uma metodologia de trabalho sem a presença da Bolívia? É importante que a Bolívia esteja aqui.

Vamos esperar o princípio do ano próximo com ventos novos, mais ar talvez, estamos nos últimos dias do ano, portanto, estou de acordo com o senhor em que deixemos este ponto para o princípio do ano próximo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Obrigado. Creio que agora ou quando tratemos isto no próximo ano, não variará muito a situação, mas a reunião de Ministros, seu tratamento, pode ter dois momentos, um primeiro momento em que sejam tratados todos os temas nos que há consenso, que estão aprovados, e um segundo momento em que sejam tratados os temas que há maioria e que há votos contra, e poderia ser uma oportunidade para que os Ministros dialoguem sobre esse ou esses temas.

Adianto essa metodologia, se fizéssemos o contrário nada seria aprovado, se tratássemos primeiro o que não se está de acordo já não haveria tempo para o que se está de acordo. É como em um exame, se desenvolvemos o tema que menos sabemos vai nos faltar tempo para o que já sabemos. Adianto-me, ainda no suposto de que algum país, em qualquer tema, não haveria acordo, isso não impede que se possa convocar e tratar os temas já aprovados, e os temas que houvesse seriam tratados depois em um segundo momento na Reunião de Ministros.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Suponho que a Secretaria tomou nota da posição do Equador, se não houver outra Representação que quiser fazer uso da palavra sobre este ponto, passaríamos ao ponto 7.

## 7. Contratação de consultores

- Nota 3430 da República Bolivariana da Venezuela
- Relatório da Secretaria-Geral

... Ali há uma nota da República Bolivariana da Venezuela e uma nota de resposta da Secretaria-Geral.

O Secretário-Geral tem a palavra para apresentar seu relatório.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. Gostaria de começar agradecendo à Representação da Venezuela por ter apresentado suas preocupações sobre este tema coincidentes com a Secretaria-Geral.

Este é um tema que nos preocupou desde antes mesmo de assumir as funções de Secretário-Geral, e tentamos imprimir, desde o primeiro momento na gestão, no princípio com a Subsecretária Dorita Rodríguez e Isaac Maidana, e posteriormente com a incorporação dos novos Subsecretários, é um tema que nunca deixou de preocupar-nos, pelo contrário, pensamos que deve ser devidamente tratado e o estamos tratando e estamos fazendo propostas concretas para, ao nosso ver, melhorar o sistema, e claro que estamos abertos totalmente às propostas que façam os diferentes países, e considero, ainda, que no tratamento posterior do Orçamento, várias das preocupações dos países estão já incluídas nesta proposta de Orçamento que hoje será estudado.

Dito isso, permitam-me fazer referência ao solicitado pela Comissão de Orçamento, em primeiro lugar, sobre um Relatório de avaliação dos consultores contratados no período janeiro-julho de 2008. No relatório que passamos constam 11 contratos de consultoria dos quais 3 correspondem a trabalhos de correlações tarifárias, 1 a assessoramento no tema de certificados de origem digital, 1 a assessoramento à Secretaria-Geral em temas jurídico-administrativos, e 6 a consultorias para os PMDERs. Dos 11 contratos, 5 foram realizados pela atual administração, isto é, 6 correspondem à anterior administração.

Dos 5 contratados em favor dos PMDERs, 2 foram em favor da Bolívia e 3 em favor do Equador. Um dos contratos em favor da Bolívia esteve destinado a elaborar uma estratégia para a comercialização de produtos agropecuários, tanto em países da região como em terceiros países, e o outro ao fortalecimento da produção e processamento de frutas tropicais na Amazônia Boliviana.

Aqui gostaria de abrir parênteses, Presidente, senhores Embaixadores, Embaixadoras, para citar algo que obviamente é preocupação de todos nós, estou referindo-me, neste momento, a contratos em favor da Bolívia, a Bolívia está ausente, e isso me causa incomodidade, porque se pudesse ser que algumas das coisas que digamos aqui não poderia ser aceita e gostaria de ser questionado, o que for, é muito incômodo fazê-lo em ausência do país correspondente.

Dois dos três contratos em favor do Equador estiveram destinados a preparar uma estratégia de negociação internacional no setor de serviços e a promover a atração de investimentos no Equador, e o terceiro, a identificar oportunidades comerciais do Equador em terceiros países. Acabamos de receber, da Representação do Equador, uma nota que agradece e parabeniza a execução destes projetos.

Os consultores foram selecionados e contratados de acordo com as normas vigentes nesse momento, e até este momento. O Chefe do Departamento respectivo selecionava, para cada caso, um terno entre os profissionais que constam no registro de consultores e pessoal temporário e, uma vez qualificados com base na formação profissional, experiência e conhecimento do tema, sugeria à Comissão de Seleção a contratação do profissional melhor qualificado. A Comissão recomendava, por sua vez, ao Secretário-Geral a contratação do consultor com mais méritos.

Quero dizer que, a partir da minha gestão, incluí na Comissão de Seleção, e aqui estão os Subsecretários para dar fé disso, os Subsecretários presidindo as Comissões em cada uma das suas áreas, um representante do Secretário-Geral, um representante da área de recursos humanos e o acompanhamento da Assessoria Jurídica, justamente buscando a maior transparência na seleção dos consultores e, também, implementamos algo que certamente terá estado em vigor, uma consulta com os países nos quais estes consultores iriam prestar serviços, porque poderia acontecer que, em algum momento, por algumas questões particulares, poderia ser que o país não quisesse que a pessoa selecionada fizesse esse trabalho de consultoria nesse país, e nós, senhores, nos devemos aos senhores, aos membros do Comitê. A Secretaria-Geral não é independente da vontade dos países, pelo contrário, deve respeitá-la.

No período 2005 - 2008 foram contratadas 94 consultorias. Dou esta informação porque foi pedida, mas quero que saibam que a Secretaria-Geral não tem interesse em trabalhar com um espelho retrovisor olhando para o passado, se olharmos para o passado será para corrigi-lo, não para criticá-lo, há coisas que foram muito bem feitas, haverá coisas que foram feitas de forma regular e algumas erramos, mas nós queremos olhar para a frente e com as sugestões dos senhores melhorar o sistema. Destas consultorias, 11 foram de nacionalidade argentina, 9 de nacionalidade boliviana, 5 brasileiras, 2 chilenos, 4 colombianos, 12 equatorianos, 1 espanhol, 3 mexicanos, 9 paraguaios, 4 peruanos e 34 de nacionalidade uruguaia. Quando menciono, nesta lista, 9 bolivianos, 12 equatorianos e 9 paraguaios, lembrem que o maior esforço da ALADI é para os países de menor desenvolvimento econômico relativo e, portanto, é natural que os contratos nesses países sejam executados, quando possível, por nacionais desses países.

Por outro lado, o fato de que haja 34 de nacionalidade uruguaia é porque este é o país sede e a contratação de especialistas uruguaios, obviamente, às vezes, é muito mais econômica e há facilidades óbvias para que isso aconteça assim.

Quais as ações em andamento para melhorar o acompanhamento e a avaliação das consultorias? Preocupamo-nos não somente na seleção das pessoas, mas também depois por dar um acompanhamento ao seu trabalho, não simplesmente esperar o resultado do mesmo, e depois uma avaliação das mesmas. Essa avaliação é feita conjuntamente pelos países interessados, que receberam essa cooperação, e também pela Secretaria. A Secretaria deve avaliar o trabalho apresentado, para evitar os "refritos" de trabalhos, a caieça de trabalhos apresentados em vários foros pelos mesmos consultores ou consultores associados e amigos.

Estamos trabalhando no aperfeiçoamento do Capítulo 11, Contratos de serviços, de obra e consultorias, Regulamento Administrativo, Diretriz de Administração 17/07, de 13 de abril de 2007, o qual regulamenta o disposto sobre o tema pela Resolução 311 do Comitê de Representantes que aprova as Normas Gerais sobre pessoal, assessores do Secretário-Geral, pessoal temporário e consultores.

Quanto aos procedimentos de seleção, vamos adjudicar maior responsabilidade aos Chefes de Departamento, dentre outras coisas, para responsabilizá-los da elaboração dos Termos de Referência, e que os mesmos respondam efetivamente aos trabalhos que queremos que sejam realizados.

Foram enviadas cartas de convite aos consultores e firmas de consultoras pré-selecionadas, inscritas no registro de consultores e pessoal temporário da Secretaria-Geral, aos quais serão anexados os termos de referência e condições da eventual contratação, bem como a solicitação de uma proposta de metodologia, plano de trabalho, prazo para sua realização e remuneração.

Atualmente o Regulamento Administrativo, aprovado pela Diretriz de Administração 17/07, Artigo 96, contempla o envio de cartas de convite unicamente a consultores ou firmas consultoras para aquelas consultorias que, pela sua natureza, devam ser realizadas por mais de um especialista ou que tenham uma duração superior aos quatro meses. Com relação ao acompanhamento e avaliação das consultorias, considera-se necessário contar com um sistema específico que permita conhecer o avanço progressivo das mesmas, definindo, com clareza, as responsabilidades dos que atuam nesse processo, adjudicando uma maior responsabilidade aos Chefes de Departamento respectivos.

Foi elaborado um guia para a elaboração de Termos de Referência para a contratação de consultores e firmas consultoras da Secretaria-Geral. Definem os objetivos, produtos, metodologia, atividades, qualidade e custos, formas de pagamento e requisitos para a apresentação dos relatórios parciais e final das consultorias a serem contratadas.

Recentemente, o Embaixador da Venezuela levantou, nesta mesma Sala, a apresentação de um Relatório preliminar na Secretaria. Esse relatório foi questionado pela Secretaria, ao consultor respectivo, e neste momento o consultor está refazendo-o de acordo com as indicações que recebeu, tanto do Subsecretário respectivo, que questionou seriamente, como as observações feitas pelo Representante da Venezuela, nesse momento não estava o Embaixador, que coordena o Grupo de Trabalho, e quero que tenha a mais absoluta segurança, Embaixador, de que seremos estritos em que o trabalho apresentado reúna as condições que a ALADI merece.

Por outro lado, quero manifestar novamente que o relatório era preliminar, era uma minuta de relatório, e tivemos a iniciativa de convidar o Coordenador do Grupo de Trabalho de PMDERs, para que venha escutar o que este senhor tinha a dizer sobre seu contratado, e justamente foi possível, graças a essa ação, sugerir-lhe correções em seu trabalho, isso é o que queremos, não queremos estar esperando o produto final e aí já não temos com que lamentar-nos e temos que pagar a conta, como aconteceu muitas vezes.

Este guia de preparação define os objetivos, produtos, metodologia, atividades, qualidade e custos, formas de pagamentos, e requisitos para a apresentação dos relatórios parciais e finais das consultorias a serem contratadas. Recentemente, rescindimos também um contrato de alguém que nunca chegou a completar sequer a primeira etapa da apresentação. Este sistema permitiria fazer uma adequada seleção dos consultores ou firmas consultoras, e avaliar objetivamente os trabalhos apresentados, possibilitando contar com produtos de alta qualidade que contribuam para a consecução dos resultados esperados, com base nos quais serão tomadas as decisões sobre a conveniência de implementar ou não as propostas nelas contidas. Os trabalhos que forem apresentados, que não reúnam essas condições, farão com que o consultor em questão seja eliminado da lista de consultores da ALADI.

O registro de consultores e pessoal temporário da Secretaria-Geral está sendo enriquecido e ampliado. A Secretaria-Geral solicitará a organismos como CEPAL, PNUD, CAF, Comunidade Andina, MERCOSUL, dentre outros, o acesso a seus registros de consultores, a fim de enriquecer o atual registro da Secretaria-Geral nas matérias de interesse para a Associação.

Uma vez aprovado o Orçamento por Programas, as Representações Permanentes dos países-membros serão informadas sobre aqueles trabalhos a serem desenvolvidos por consultores ou firmas consultoras, a fim de que comuniquem a profissionais de seus respectivos países, isto é, dar uma ampla difusão, para aqueles que eventualmente estejam interessados na sua execução, que sejam inscritos no registro correspondente da Secretaria, pelo site da ALADI -sobre o qual mais tarde teremos uma exposição- para que possam ser convidados a participar do processo de seleção.

Finalmente, quero manifestar que na Reunião da Comissão de Orçamento, já distribuimos o Projeto de Diretriz de Administração para modificar os procedimentos e o guia para a elaboração dos Termos de Referência, em poder de todas as Representações, e estão sujeitos aos comentários que os senhores possam fazer. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço à Secretaria o extenso e detalhado relatório que apresentou. Consulto, em primeiro lugar, à Representação da Venezuela que solicitou o tratamento deste tema, se quiser fazer uso da palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Gostaria de começar falando que devemos agradecer ao Secretário-Geral pelo relatório que nos apresentou, não é um relatório apresentado a um país específico, embora tenhamos passado a nota, entendo que é um relatório apresentado para que seja abordado neste Comitê e, primeiro, diagnostiquemos a situação, e depois, com base nesse diagnóstico, possamos estabelecer qual a política que vamos seguir.

Esta preocupação dos consultores a manifestei a todos meus colegas de forma bilateral, individual, oficial e em atividades sociais. O Secretário-Geral, antes de ser, também fez seu percurso e aí houve uma apresentação sobre este tema. Depois de que foi eleito Secretário-Geral, este tema lhe foi lembrado, em outras palavras é uma preocupação que nós manifestamos, por várias razões que estão na nota, neste momento simplesmente queria dizer algumas coisas.

O Secretário-Geral, em seu relatório, refer-se a um termo que na Venezuela se utiliza muito, não sabia que no Paraguai também se utiliza “refritos”, nós utilizamos muito isso no mundo acadêmico, os “refritos”. Agora, na era da robotização e a computação, os “refritos” são muito mais fáceis que antes, porque alguns pelo Google, ou qualquer outro mecanismo de busca nos computadores, consegue-se muitos trabalhos. Há gente, sobretudo como professor é necessário estar pendente desses assuntos quando está revisando uma monografia, um trabalho, etc, que há algo que se chama, e é muito fácil cortar e colar, e aparece de tudo, então, esse termo, “refrito”, significa trabalhos, simplesmente, que não são originais, que não contribuem com nada novo, são trabalhos que já foram elaborados e que simplesmente, com cortar e colar, é armado outro trabalho.

Creio que temos que fazer um esforço para evitar esses “refritos” porque imaginemos pagar a um consultor, talvez não é muito dinheiro, depende de quem esteja falando, mas pagar 12.000 dólares a um consultor para que nos entregue um “refrito”, doí pagar dinheiro para um “refrito” a um consultor. Aliás, além do dinheiro, é uma falta de respeito, é uma falta de consideração com nós mesmos, sobretudo porque, às vezes, as consultorias terminam

em umas exposições onde parece que as coisas são impactantes, mas quando vamos revisar o material não há nada que impacte.

Quero dizer que nada do que temos manifestado tem a ver com nomes, não é uma questão pessoal. Em primeiro lugar, não conheço a maioria desses consultores, mas por exemplo, o Secretário-Geral referia-se a um relatório preliminar de um consultor, e quero repetir, além do nome, não sei quem é, nem tentei saber quem é, mas, pelo menos, nesse primeiro relatório, que é preliminar, quando nós o revisamos, encontramos que todo esse relatório é antecedentes.

Quem sabe disto sabe que esses antecedentes já estão feitos, não há nada novo ali, que a experiência do FOSEM, que a experiência do Fundo de Coesão Social Européia, que a experiência de outros mecanismos de integração, etc. Aí não há nada novo. O novo referido a isso tem a ver com o Fundo, porque nós, e esses foram os termos de referência, solicitamos-lhe uma elaboração de um relatório que nos apresente, que nos ilustre, que nos ilumine, em relação a uma discussão muito específica que tem a ver com o Fundo para os PMDERs, inclusive, na proposta mesma do Fundo, são três propostas, há, inclusive, elementos muito questionáveis ali, mas, em todo caso, queria manifestar que quando vimos o relatório, vamos supor que o relatório é deste tamanho, tudo isto é antecedentes, e uma coisa assim tem a ver com o Fundo. Creio que isso foram 12.000 dólares.

Então, essas são coisas que temos que definir. É uma maneira de democratizar o crédito da ALADI, que nossas contribuições sejam democratizadas, essa é uma maneira de democratizar? Talvez, mas no nosso caso não estamos dispostos a democratizar a contribuição dessa maneira, vamos criar outra coisa, a inventar outra coisa.

Quero dizer, por exemplo, o Secretário-Geral referia-se a um consultor cujo contrato foi rescindido, mas na última reunião dos PMDERs estivemos vendo ali, revisando os diferentes projetos, encontramos que há um consultor, que ganhou a consultoria, como ganhou não sei, e depois que recebe o pagamento da primeira parte diz “não posso continuar trabalhando”, “não posso continuar com esse trabalho”, as razões, não se sabe se é um problema de conhecimento, se é um problema de tempo, se é um problema de que ficou doente, que teve algum problema, não se sabe, quando se acordou com esse consultor, já recebeu uma parte, agora como se recupera essa parte? Então, pensamos como se fez a seleção desse consultor? Realmente respondeu a critérios, não científicos, mas sérios?

Então, tudo isto tem a ver com um problema mais de fundo, porque os consultores é um elemento que nos pode levar a tratar o tema de fundo, o tema de fundo é, e por isso, parabeno o Secretário-Geral que está começando, mas os senhores sabem que a dinâmica é tão violenta que destes três anos já vai para um ano. No ano próximo, no princípio do ano já tem um ano, e restam dois, e isto é uma dinâmica mas que o leva imediatamente, então, considero bom que o Secretário-Geral possa abordar isto neste momento para ver se podemos fazer mudanças, porque na vez passada estivemos vendo um tema que para a Secretaria-Geral é transcendental e o manifestamos aqui, é como fazemos para garantir bons salários aos funcionários da ALADI, entendendo que 70%, segundo as cifras, é destinado a recursos humanos, mas como fazemos se nossos países não estão em capacidade de aumentar as contribuições? Simplesmente devemos racionalizar as despesas, e creio que uma das maneiras de racionalizar as despesas tem a ver com os consultores.

Na vez passada eu dizia, no Grupo dos PMDERs, estava o Subsecretário Quina, quando estávamos vendo os projetos, a propósito de uma intervenção da Representante Dora Rodríguez de México, que se colocava ali, e por um dos Projetos iam ser investidos ou

gastos 12.000 dólares e dizia, beneficiários: quadro de pessoal, o quadro de pessoal não cobra? Não cobra seu salário? Finalmente precisou-se que isso era um erro, e está bem que tenha se precisado como um erro, mas o simples fato de que esteja ali colocado já nos indica que há um problema em termos administrativos, que é necessário saber manejar, porque isso nunca deveria ter sido colocado ali, 12.000 dólares destinado a uma despesa que não existe porque como vamos pagar 12.000 dólares ao pessoal da Associação que tem seu salário, isso não faz nenhum sentido, mas apareceu ali, então, esses são dados, talvez não sejam evidências, mas, em todo caso, são dados que nos levam a sustentar a tese ou a posição de que creio que chegou a hora de que possamos redefinir este tema dos consultores e que nos leve a racionalizar as despesas.

Finalmente, queria dizer o seguinte, consultaram-me da Secretaria para um consultor que tem a ver com um tema importante, referido à matéria energética, e como os senhores sabem, nós, nesse tema, temos um monte de consultores, e simplesmente manifestei o seguinte, que nós não participamos de consultores até que esta questão dos consultores não seja discutida e não seja redefinida, e quero fazer constar aqui, a Venezuela não está manifestando isto porque tenha um interesse particular em consultorias, de fato, nos nomes não aparece a Venezuela, não temos interesse em consultorias neste momento.

Manifestamos isto por um tema muito mais importante que isso, que é a necessidade de que a ALADI possa manifestar sua situação administrativa em termos, precisamente, de ver como racionalizamos as despesas, fazemos mais eficiente as despesas e fazemos da ALADI realmente uma Instituição que possa se comprometer com os desafios futuros, desde que estejamos convencidos de que a ALADI deve se adaptar à realidade de hoje. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me um comentário geral, primeiro, compartilho a preocupação do meu colega da Venezuela, falamos muitas vezes, terei um enfoque diferente desta mesma preocupação.

Primeiro, não menoscabar nem conculcar, como manifestávamos na vez passada, as atribuições, a potestade da Secretaria, porque é importantíssimo que tenha liberdade de autonomia e que se faça responsável pelo que decide.

Creio que este organismo, e muitos outros, perdem recursos ou subutilizam recursos com consultorias. Permitam-me falar do meu ponto de vista pessoal, na minha longa vida de trabalho estive nos dois lados da mesa, foi, inclusive, consultor da ALADI. A ALADI uma vez me deu um contrato bastante decente, creio que eram 4.000 dólares, vim aqui, me deu muito gosto, estive na sala Cisneros, e minha consultoria foi completamente abstrata. A Secretaria-Geral me pediu, há sete ou oito anos, que elaborasse, da minha mente, formas de acelerar a integração latino-americana, adoro esse tema, e disse que era necessário ceder soberania, e uma série de considerações que, à luz do *modus operandi* quotidiano da ALADI, deveu ter servido muito pouco minha muito pensada e bem-intencionada consultoria.

Mas estive trabalhando como consultor muito tempo, e padei com consultores, como funcionário público mexicano, como Subdiretor-Geral do IICA, e como Subdiretor da CEPAL, e este é um problema não apenas da ALADI, é genérico, e creio que é necessário enfrentá-lo.

Cumprimento e agradeço o relatório detalhado da Secretaria, feito pelo Secretário-Geral, creio que sobretudo centra-se no procedimento, a como é todo o mecanismo de

controle, o qual é muito bom, mas não tenho claro o tema do conteúdo, e aí é onde se duplicam desnecessariamente os esforços. Quando vejo os conteúdos lembro o acordo do IICA, o IICA deve estar exatamente fazendo algo parecido, e a CEPAL, igual, e a FAO, igual, e o PNUD, igual, então, se for certo que é necessário colocar um esforço profundo de conteúdo, simplesmente para otimizar os escassos recursos.

Um exemplo, e sem citar consultores que não conheço nem países em particular, em um país nosso de cara ao Pacífico, faz-se uma consultoria para servir a esse país, seus mercados na Ásia Central, especificamente, aí se menciona o país porque não é nosso, no Cazaquistão, isso custou 8.000 dólares. Posso garantir, por tantos anos de trabalho, que para que um país nosso, de cara ao Pacífico, possa discernir seus mercados no Cazaquistão, não requer 8.000 dólares mas, pelo menos, 80.000 dólares. Então, somente vê-lo, 8.000 dólares para saber se este país nosso tem um mercado no Cazaquistão e no Uzbequistão, por favor! Ou consultorias de 1.000 dólares, são baratas demais para que sejam sérias. E se for certo, porque fui professor muitos anos, entro no Google, na Wikipedia, na página da WTO, ONUDI, e tiro um bom relatório em um bom fim de semana, eu o vivi, eu tenho visto muitas vezes.

Isso tem que nos fazer procurar, além dos controles com os quais estou muito de acordo, e creio que há avanços, um mecanismo de coadjuvação, para não menoscabar a autonomia de gestão da Secretaria-Geral, e poder realmente ver a pertinência, e ver se não se duplicam os esforços e as coisas. Então, creio que, talvez na Reunião de Chefes de Representação, em uma reunião dos que quiserem, mas com informalidade, sentar e enfrentar este tema porque toda a América Latina, e atrevo-me a dizer que em muitas partes do mundo também, dilapidamos quantiosíssimos recursos.

Tenho experiências terríveis das consultoras famosíssimas do mundo, algumas que agora estão em quebra financeira, de literalmente “fuzilar-se”, se diz um México, um estudo para Malásia e pôr os nomes mexicanos e vendê-lo em muitas dezenas de milhares de dólares. Felizmente, o Governo mexicano percebeu e levou à corte esta famosíssima consultora, que não vou mencionar aqui qual é, mas os senhores imaginam. Acontece, é um tema que acontece com muita frequência.

Também vivi o esperto consultor europeu que, em apoio, neste caso à América Central, dá muito dinheiro e depois regressa vias consultorias pessimamente feitas, sem sequer conhecer a geografia do país centro-americano ao qual apoiariam.

Então, sim, é um tema, se houver bom ânimo, bom espírito, do Secretário-Geral, de todos nós, entremos nesse tema. Não podemos esgotar aqui a discussão, mas é evidente que por aí perdemos muitos recursos, muitos esforços, pelo que celebro esta discussão, creio que devemos continuá-la, devemos ser persistentes no esforço de corrigir estas distorções, estes problemas, para usar melhor nossos escassos recursos.

Por último, conste que novamante, na lista por nacionalidades, vê-se uma orientação, que o norte não está presente, devido ao peso demográfico, peso econômico, o norte não está presente, há uma orientação sul-mericana. Os mexicanos o sabemos, o entendemos, podemos dormir bastante em paz à noite, dá um pouco de mal-estar. O mesmo acontece na CEPAL, há uma orientação sul-americana porque a sede está na América do Sul, e temos que aceitar com um pouco de *male il cuore*, diriam os italianos. Somente gostaria de manifestá-lo, que persistem as orientações geográficas, mas isso não é o tema que vim tratar aqui, se um bom consultor for da Cingapura, bem-vindo seja, se vai servir para melhorar a eficiência do nosso trabalho, mas, por favor, devemos assumir o tema dos

consultores, porque não é um tema menor e é apenas um tema de controles, é um tema muito mais de fundo que de controles. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Obrigado, Presidente. Adiro totalmente ao manifestado, mas há outros ângulos do mesmo problema que quero tratar, e com medidas concretas que quero antecipar, diante deste grave problema.

Como manifestou o colega mexicano, este não é um problema de influência norte-americana, e que há a mão obscura do norte, aqui são dois vícios latino-americanos que estão em jogo: clientelismo político e favoritismo de amigos, que se misturam às vezes neste problema.

Existe favoritismo quando pessoas dos nossos Ministérios, e outras partes, fixam temas estranhos, muito estranhos, que poderia estar este, o do Cazaquistão, que o apresentou o Equador, que não sei de onde veio, deveríamos ver que eles justifiquem como o apresentaram, e como fala, eu acrescentaria ao que falou, se formos ao Cazaquistão, talvez os 8.000 dólares não serviriam nem para a passagem, e portanto, tem que se feito à distância esse trabalho, certamente sentado na própria casa, aproveitando os diferentes meios de informação.

Em todo caso, há dois problemas, que mencionei, que acontecem nos países, e creio que estavam acontecendo e podem continuar acontecendo na ALADI, estes dois problemas manifestados, para o qual tenho duas sugestões que poderiam contribuir muito a este tema e, como disse o Embaixador da Venezuela, não estamos falando de nomes nem de trabalhos, mas sobre um problema geral, que vale a pena levar em conta em uma época de crise, quando os orçamentos da América Latina, no próximo ano, talvez estejam na terceira parte do que estão agora, e com as mesmas necessidades.

Há dois pontos, e baseando-me em um documento onde consta que há normas para executar estes trabalhos, consta no documento “Disposições gerais e normas para a execução e controle do orçamento para o ano 2009”, no Artigo sexto, aí são apresentadas questões sobre as quais não estou de acordo, consta, b), “dar preferência aos nacionais dos países-membros, levando em conta a representatividade geográfica ampla e equitativa”, creio que é um erro este artigo. Eu diria em igualdade de condições com os estrangeiros dar preferência aos nacionais, por que temos que dar preferência aos nacionais se tiverem menos competência que os estrangeiros? Isto não é um problema de favoritismo ao nacional, mas de escolher o melhor, e se da Malásia for o melhor temos que escolher o melhor.

Há poucos dias foi ministrado um curso no Equador, auspiciado pela ALADI, sobre a China e foi ministrado por um japonês da CEPAL, imagino que não é da América esse senhor, mas deve ser muito competente para que tenha sido escolhido sem ser chinês e sendo japonês, crei que é um bom exemplo do que estou falando.

Então, não creio que tenhamos que dizer “dar preferência”, eu diria “em igualdade de condições”, e creio que é um erro esta representatividade geográfica e equitativa, o que quer dizer? Que se de um país escolhermos vários consultores, desse país não deve-se escolher porque não escolhermos outro que esta em zero? Se esse país que está em zero não tem pessoas representativas deve continuar em zero nesse tema. Esse é o meu critério.

Creio que temos que diferenciar os Assessores do senhor Secretário-Geral, do qual somente ele é responsável, e ele tem que ter a liberdade para escolher quem considera conveniente que o assessore, e não devemos nos meter, e outra questão muito diferente são os consultores dos trabalhos de pesquisa da ALADI. Aí é diferente. Aí deve haver um Comitê de Avaliação e tem que estar representado, nesse Comitê, alguém daqui, deste âmbito, e também tem que haver, pelo menos, além de uma equipe comum, alguém especializado sobre este tema do qual será escolhida a pessoa, porque não podem ser pessoas generalistas que escolham pessoas de um tema especializado, concreto, aí ponho dois elementos de juízo nesse Comitê.

E segundo, temos que definir se esse Comitê escolhe ou apresenta o terno ao senhor Secretário-Geral. Creio que esse comitê deve escolher, é um comitê técnico-científico sobre um tema, e aquele que fica no primeiro lugar tem que ficar no primeiro lugar, exceto que haja uma objeção do Secretário-Geral, ou nossa, sobre a qualidade dessa pessoa que esse grupo de avaliação colocou no primeiro lugar. Fiz parte do Conselho Universitário da Universidade de Guaiacuil, quando há uma margem de ternos em problemas científicos, temos um problema sério, porque não podemos escolher aquele do lugar C, se outro estiver no A. Em um problema científico não podemos dar-nos a esse luxo, em qualquer área especializada não podemos escolher quem estiver no terceiro lugar. Faço essa distinção sobre esses temas.

Depois, no ponto e) consta, elaborar trimestralmente um relatório de avaliação sobre os consultores contratados e os trabalhos realizados, diria que deve haver uma avaliação dupla, avaliação dos países e da ALADI. A dupla avaliação serve para terminar com o clientelismo-país, o clientelismo dos nossos países. Há pessoas que podem ter sugerido por ser amigo, parente ou o que for, essa pessoa que venha dos nossos países, e certamente vai ser bem avaliado, e isso tem que ser contrastado com uma avaliação da equipe no mais alto nível, para ver se coincidem essa avaliação do país, a benevolência, o que viram, com o que no nível crítico, científico, qualquer pessoa pode escolher um trabalho apresentado aqui se merecer a pena, se coincidirem as qualificações.

Neste mesmo ponto, e não consta no Artigo sexto, sugiro que se houver uma avaliação, e não consta no Artigo sexto, deve haver outra letra na que conste que os trabalhos que obtiveram uma má avaliação, não poderão ser contratados os consultores por x tempo ou pelo menos por um bom tempo, até que sejam preparados, não deveriam ser contratados. Estou pensando isto por meu país e por toda a América Latina, não devemos malgastar o pouco que temos, e sempre, em toda família e em um mesmo país, com o mesmo orçamento, podem ser obtidos melhores resultados se formos mais sérios, e temos que fazer um esforço muito sério porque no próximo ano vai ser um ano tremendo para a humanidade e a América Latina não vai escapar. Por exemplo, os países produtores de petróleo e exportadores de matéria-prima, os preços caíram e ainda não estamos no fundo da crise, que possivelmente será em 7 a 13 meses e creio que devemos nos adiantar, é necessário parar com uma época de clientelismo na América Latina, uma época irresponsável por responder apenas a favores, creio que devemos colocar as pessoas mais preparadas.

Uma idéia que gostaria de manifestar ao Secretário-Geral, aproveito para manifestar aqui porque passou pela minha mente neste momento, creio que se sair um funcionário da ALADI, o grande desafio dele, e nosso, é que quem ingressar seja melhor ao anterior, esse é o grande desafio que temos aqui. Se quisermos estar à altura da época, e não estarmos embriagados como faziam os polacos quando os russos os invadiam, em outros séculos, que em lugar de se defender celebravam, até que toquem as portas deles. Creio que é um momento de pôr as barbas de molho e, seriamente, enfrentar estes ciclones e furacões que

não somente sempre, por desgraça, caem em Cuba, e que agora vão cair a todos sem poder nenhum país. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado Equador. O Secretário-Geral vai fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Pedi a palavra porque vejo que não há outro país que o fez, é para dizer que a Secretaria-Geral toma nota das observações e recomendações feitas pelos Embaixadores da Venezuela, do México e do Equador, e as agradece, compartilha, não gosto de usar o termo “todos”, mas diria que compartilha, em grande medida, as preocupações.

Na minha vida me aconteceu o mesmo que a Cassio, estive em diferentes balcões, fui consultor, fui chefe de consultores, tive que contratar consultores, e hoje estou em uma posição mais acima que essa, inclusive, tenho que definir toda a política dos consultores, então, os comentários dos senhores são muito valiosos e tenham certeza que os levaremos em conta para o manejo deste tema que, repito, redistribuímos a proposta de regulamentação e a mesma está aberta a sugestões que os senhores podem apresentar, não o faremos sem uma rodada que vamos fazer porque não é suficiente tê-lo distribuído, vamos tomar contato com cada Representação para ver alguma questão em particular que queiram agregar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi) Quero mencionar que no Projeto de Resolução, que estamos elevando da Comissão de Orçamento, consta um artigo referente à contratação de consultores, que não foi tratado em profundidade nesse âmbito, foi deixado para consideração no Comitê, justamente sabendo que tinha que ocorrer esta discussão, devido à preocupação da Representação da Venezuela, e ao relatório da Secretaria-Geral.

Pergunto-me se, saltando a Ordem do Dia prevista, não seria oportuno tratar esse Artigo neste momento visto que estão na memória de cada uma das Representações os argumentos manifestados, e então, poderíamos trabalhar com esse texto, o Artigo sétimo do Projeto de Resolução 255, consta na página 10. Isso dito pela minha função interina na coordenação da Comissão de Orçamento.

Agora, na posição da Representação Argentina, considerando os antecedentes, que sempre são problemáticos em matéria de consultores, ano após ano temos as mesmas dúvidas de se efetivamente foi ou não foi útil, tal ou qual trabalho de consultoria, e se foi justificado o investimento feito, com recursos de todos os países-membros, diante do resultado obtido, e também levando em conta o importante pessoal, qualificado e selecionado rigorosamente com que conta a Secretaria-Geral, pergunto-me se não seria interessante propor que o recurso a consultorias, quando se tratar da realização de trabalhos de pesquisa, limite-se a aqueles casos em que estas consultorias sejam financiadas com recursos de cooperação externa, desde que, a Secretaria não conte com pessoal especializado idôneo para realizar trabalho solicitado.

Para analisar esta proposta considero importante, primeiro, fazer um esforço para distinguir as consultorias em relação ao pessoal transitório, se vimos o quadro preparado pela Secretaria com os antecedentes de assessores e consultores contratados durante 2008, a categorização às vezes não é tão simples, se tratou-se de um consultor, se tratou-se de pessoal transitório, estou referindo-me quando estamos requerendo algum trabalho de

pesquisa para apoiar as negociações, como elemento de juízo para facilitar o desenvolvimento e o resultado das negociações.

Também, respaldando esta proposta, manifesto que a Secretaria conta com pessoal formado, seus recursos humanos são importantes, lembro que, neste momento, tem 98 funcionários, e contribui, ainda, para essa proposta, a necessidade de que não sejam debilitados os recursos, e aí refiro-me à preocupação transmitida pela Representação Argentina e pela Representação do Chile, no sentido de fortalecer o quadro de pessoal internacional, equiparando-o ao número de países-membros, fazendo independência neste cálculo do que é a condução superior da Secretaria-Geral.

Considero que isto é uma forma simples, que deixa pouco lugar a interpretações e a dúvidas quanto a como manejar-nos nesta matéria e vai nos facilitar muito a vida de agora para a frente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Antes de dar a palavra ao Uruguai e ao Paraguai, quero informar que se fez a chamada à Bolívia e encontramos uma primeira dificuldade, que há duas horas de diferença, com o qual quando chamamos não tinha ninguém porque lá é mais cedo. Depois houve uma segunda chamada, e tampouco nessa ocasião o Licenciado Blanco, apesar de que estávamos em hora, estava na sede, com o qual além da vontade deste Comitê de fazer um sistema de fonoconferência não tivesse sido possível de todas formas.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Somente para destacar algum ponto que não foi mencionado nas intervenções anteriores, que creio que todos compartilhamos na sua grande maioria, o que foi dito, devemos levar em conta neste cuidadoso exame que estamos fazendo da necessidade de revisar todo o tema dos consultores, que realmente devemos fazer um esforço grande porque é uma quantidade relativamente reduzida da que se dispõe para consultorias, no total de orçamento da ALADI, pelo qual corresponde fazer um uso o mais eficiente possível.

Por outro lado, não se pode mais que compartilhar o que foi dito porque creio que todos, ou a maioria dos que estamos aqui como Representantes, por um problema de idade e de experiência de vida, passamos nossa história pelos dois ou três lugares nos que podemos nos relacionar com as consultorias. Fomos consultores, fomos examinadores de consultores, fomos elaboradores de termos de referência, isto é, estivemos em todos os papéis possíveis em relação às possíveis consultorias. A conclusão que tiramos, no final do percurso, no final da história, é que realmente o êxito ou o fracasso das consultorias depende da própria instituição e da formação de seus membros.

Creio que não há nenhuma diretriz que possa garantir, em coisas que não são medíveis fisicamente, a qualidade do produto. Certamente, todos tivemos que rejeitar consultorias, ter que suspender pagamentos de consultorias, bem como, em alguns casos, ter que recomendar a publicação de uma consultoria. Agora creio que isto depende sobretudo da dedicação e do fervor que coloquemos à tarefa específica da consultoria.

Em primeiro lugar, à elaboração minuciosa de termos de referência e depois ao acompanhamento permanente da consultoria, enquanto está sendo realizada, ver todos os avanços da consultoria, fazer todas as observações para que essa consultoria vá sendo melhorada e, finalmente, a crítica da versão preliminar do trabalho final.

Corremos o risco, na preocupação e em tentar melhorar o resultado, de burocratizar o processo, e digo isto em referência, concretamente, ao Projeto de Diretriz de Administração para modificar os procedimentos de contratação de consultores e firmas consultoras. Uma rápida revisão deste projeto, creio realmente que não deveria ser objeto de discussão aqui, estou de acordo com o que manifestava o Embaixador do México que deveria haver uma Reunião de Chefes ou algo parecido, para que realmente possamos encarar este tema e tratá-lo em profundidade, mas creio que este projeto busca, considerando a preocupação, estabelecer, -em preto e Branco- o procedimento para que seja melhorado o sistema das consultorias, mas nos fatos o que está sendo feito, creio, é um procedimento burocrático que somente vai complicar todo o regime das consultorias.

Há uma primeira comissão de seleção, há uma comissão de seleção de um mínimo de três consultores, posteriormente uma carta-convite aos consultores anexando os termos de referência e as condições, pedindo uma proposta de metodologia e plano de trabalho aos próprios consultores, isso tem que ser feito pela Instituição. A Instituição tem que elaborar os termos de referência, o projeto, a proposta metodológica que deve ser adotada e, depois, ver como se ajusta o que vai saindo como resultado do que foi manifestado e contratado. Creio que, em função de querer ser o mais exaustivos e minuciosos possíveis, estamos complicando o procedimento.

Deixo como dúvida sobre esta proposta porque considero que é uma coisa que teríamos que cuidar-nos de não exagerar o grau de controle, de maneira que vai se entorpecer um processo que, necessariamente, tem que ser dinâmico e tem que contemplar os tempos para que as consultorias tenham seu benefício em tempo e forma e sejam adequadas para –muitas vezes- a necessidade imperiosa de que sejam desenvolvidas nos tempos propostos, sem demoras desnecessárias.

Somente queria manifestar este ponto, porque considero interessante não exceder-nos nos controles para tentar melhorar algo cujo bom desempenho depende, exclusivamente, da qualidade e da minuciosidade que a própria Instituição e seus integrantes ponham no desenvolvimento destes processos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado Uruguai. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Minha Representação quer aderir às manifestações das demais Representações, que fizeram uso da palavra, com relação a este tema dos consultores.

Evidentemente, estamos enfrentando uma indústria da consultoria e do “refrito” que deveríamos cuidar e, neste sentido, quero agradecer ao Secretário-Geral pelo seu detalhado relatório e pelos procedimentos que está implementando para tentar melhorar este tema das consultorias.

A Secretaria, com sua dotação e tem uma dotação de funcionários muito competentes, mas não são suficientes para elaborar os trabalhos que lhe solicitamos, porque no final somos nós, o Comitê de Representantes ou os países, que estabelecemos o plano de trabalho e, ao estabelecer esse plano de trabalho, estabelecemos também quais as consultorias a ser realizadas. Devemos evitar aceitar os “refritos”, que normalmente estamos vendo que se faz.

Como país de menor desenvolvimento, também quero manifestar que os países de menor desenvolvimento são, talvez, os que mais utilizam ou utilizavam consultorias nestes últimos anos, mas quero manifestar aí que, apesar de que a Unidade de Países de Menor

Desenvolvimento na Secretaria-Geral tem excelentes técnicos, tanto do quadro internacional como do quadro geral, não são suficientes para elaborar os trabalhos que solicitamos, e preocupa-me a expressão da Representação argentina que diz que deixemos as consultorias e procuremos consultorias com cooperação externa, isto é, com cooperação de outros organismos.

Com a pouca dotação que temos, porque 204.000 dólares anuais são muito pouco para os três países, e para as necessidades que temos, tentamos fazer o melhor possível nestes casos. Isto é, 68.000 dólares por país, como manifestava o Embaixador do México, para alguns trabalhos é absolutamente insuficiente. Não estou fazendo uma reclamação aqui, estou apenas dizendo que, em primeiro lugar, para os países de menor desenvolvimento os trabalhos, normalmente, terão que ser feitos por consultores, e cabe a nós continuar ou manter a racionalidade e procurar que os resultados sejam resultados concretos e não papéis que no final vão ser arquivados em algum escritório.

Quero também apoiar o que acaba de dizer a Representação do Uruguai, creio que na medida em que burocratizemos estes temas vamos ter mais possibilidades de sairmos pela tangente, portanto, quero indicar que a Secretaria-Geral é responsável por racionalizar as consultorias e que os resultados sejam satisfatórios para todos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Venezuela tem a palavra e depois o Chile.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Para manifestar que estamos de acordo com a proposta do Embaixador do México no sentido de ver como poderíamos realizar uma reunião de Chefes para discutir, em detalhe, este tema. Gostaríamos de que fosse possível porque temos aqui a nota que nos encaminhou a Secretaria-Geral sobre os assessores, os consultores e pessoal transitório técnico de apoio e todos, estão depois os consultores dos PMDERs, estão os contratos de consultores, etc, que poderíamos ver, em detalhe, nessa reunião, temos algumas preocupações sobre isso e gostaríamos de manifestar nesse momento.

Quero insistir nisto porque os senhores sabem que, às vezes, podem pensar determinadas pessoas que é uma questão dirigida para alguém especificamente e quero ser enfático nisto, não é uma posição que tenha objetivo de nome ou países.

Por último, estive lembrando aqui, depois que estávamos falando de todas estas coisas dos “refritos”, o Presidente do Comitê, Embaixador Juan Carlos Olima, falou muitas vezes de Joseph Stiglitz e, embora tenha sido Prêmio Nobel de economia, devemos lembrar que foi Vice-Presidente do Banco Mundial e assessor do Presidente Bill Clinton, e lembro que Joseph Stiglitz escreveu um livro chamado “O Mal-Estar da Globalização”, e nesse texto diz que ele esteve participando de muitas das negociações com os países para aplicar as políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional, e narra como chegou a um país com os porta-fólios e aí chegavam as receitas, ou as propostas de política econômica a serem desenvolvidas, e diz que uma vez chegou, não lembro se foi à Indonésia, que vinha da Cingapura, e a receita era, a política -receita digo eu-, era a que tinha sido levada à Cingapura e quando chegaram à Indonésia estavam revisando a proposta que iam fazer à Indonésia dizia Cingapura, e então passou muita pena porque dizia que deveríamos ter mudado o nome e pôr-lhe “Indonesa”.

Está narrando alguém que participou dessas negociações, e o digo porque não é uma questão, como manifestava alguém aqui, não é uma questão própria ou inerente à ALADI, é um problema que vai além da ALADI e, por isso, creio que é muito importante que

possamos não somente abordar a discussão, como estamos fazendo a partir deste momento, mas também ver como desenvolver os corretivos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente.

Primeiro, agradecer à Secretaria o relatório detalhado que encaminhou e, tomando os comentários, aderir à idéia de ter uma reunião informal justamente para tratar este tema, mas constatar, de acordo com os comentários do Embaixador do Paraguai, deste mesmo quadro que nos entregou a Secretaria constatamos que, somente neste período foi contratado no final, desde abril à presente data, um consultor, são 4.500 dólares. Tudo o demais é pessoal transitório, portanto, antes de entrar nos recursos dos PMDERs, dos 89.000 dólares para consultor e pessoal transitório, é somente um consultor, então, talvez estamos nos afofando sobre algo que praticamente não se faz.

Por isso, talvez a proposta de que as consultorias reais de pesquisas que vão além das solicitações dos PMDERs, para que devemos destinar recursos, se tampouco se usam? Não parece estranho pensar em que esses trabalhos -que melhoraremos todo o tema que se falou dos termos de referência, ou talvez de alguns acompanhamentos- sem que sejam um excesso, sejam mais pensados nessa idéia, quando tenhamos e proponhamos recursos externos de cooperação, possamos ter grandes consultorias, e o outro que seja destinado, diretamente, à vontade da Secretaria, para pessoal transitório, que estamos de acordo, porque no final entramos em um debate sobre algo que, se olharmos com perspectiva, não tem nenhum peso. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Antes de continuar dando a palavra, ordeno isto. O que está claro, primeiro, é que hoje não vamos terminar porque haverá uma sessão especial de Chefes para tratar o tema, de acordo com o que solicitaram vários. Pediria que tentássemos ser concretos nas nossas propostas, há uma hora e quarto estamos com este tema. Adicionalmente, somente temos que tomar uma decisão, porque será tratado novamente no tema Orçamento este aspecto indicado no tema consultorias com cooperação somente.

Feitos estes dois esclarecimentos, vamos voltar ao tema no Orçamento, e que este não é o âmbito de definição, porque haverá uma sessão de Chefes de Representação, continuo outorgando a palavra.

Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Catalina Hayder). Obrigada, Presidente. Muito breve, somente para aderir à proposta da Representação do Uruguai e do Paraguai, cremos que o tema da contratação das consultorias e os assessores pela Secretaria-Geral é um aspecto técnico, e o que poderia ser melhorado são os termos de referência para que os recursos sejam utilizados eficientemente e dirigidos à obtenção de resultados concretos. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, agradecer, igual que as demais Representações, à Secretaria pelo Relatório. Em segundo lugar, para coincidir com as Representações que mostraram preocupação sobre este tema, é uma preocupação que compartilhamos com as demais Representações.

Sobre as medidas que podemos adotar neste caso, consideramos que existe a possibilidade de ter que aprovar ou pretender aprovar o programa de atividades nesta sessão, e esse Artigo 6, que ainda permanece, de alguma forma, em negrita ou colchete, então, coincidimos na necessidade de aprofundar na análise deste tema, seja em uma Reunião de Chefes, seja no Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos e Institucionais, mas coincidimos em que é necessário aprofundar. Por isso, não sei se valeria a pena incorporar, se a idéia fosse aprovar este programa de atividades hoje, incorporar algum caput referido à análise posterior do ponto, ou à adoção posterior neste ponto de contratação de assessores, a opção de alguma modificação pelo Comitê de Representantes, com independência do que for decidido finalmente. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Sobre esse ponto esperamos que chegue o relatório da Comissão de Orçamento e tomaremos uma decisão.

Tem a palavra a Representação do Equador e encerraríamos a lista de oradores sobre este ponto. Obrigado.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). É para aderir à proposta do México que teve alguns respaldos, do Chile entre outros, sobre que em uma Reunião de Chefes seja tratado o tema da consultoria e, acolhendo a idéia de Cuba, creio que não deveríamos aprovar o texto do Regulamento e mais vale em uma Reunião de Chefes poderíamos enriquecê-lo, sobretudo o Artigo 6 principalmente, e o resto. Isto é, não tratar esses aspectos que podemos tratar em uma Reunião de Chefes, nada mais.

PRESIDENTE. Obrigado, creio que há uma confusão. Hoje não vai ser tratado o tema da regulamentação vinculado ao funcionamento do grupo de especialistas porque já é claro que há consenso em realizar uma Reunião de Chefes, especialmente para tratar e considerar esse tema em profundidade, que obviamente será realizada em janeiro/fevereiro.

Hoje temos que resolver o tema vinculado com o Orçamento, onde aparentemente há uma proposta de que em relação às consultorias de caráter científico, que não respondam à solicitação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, não fazer consultorias que não sejam com financiamento de cooperação.

Mas isto é um tema que vamos ver quando vejamos a parte do orçamento, o que diria à Secretaria é que tomasse nota da vontade existente.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Desculpe, Presidente, em relação à suas últimas palavras, que eu saiba na Comissão de Orçamento não foi tratada esta última proposta da Argentina. A Argentina a apresentou aqui, neste Comitê, pelo que não está no Projeto de Resolução que vamos tratar a seguir. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Peço desculpas pela minha imprudência por afirmar coisas que não tinham sido tratadas na Comissão de Orçamento. Dito isto, consulto, a Argentina vai apresentar este tema agora?

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Para manifestar que é correta a preocupação que o senhor transmitiu no sentido de que há um ponto da Resolução de Orçamento que depende destas deliberações, que é o Artigo

sétimo, que contém as normas às que se devem ajustar as contratações de consultores, e está pendente de definição porque não foi tratado na Comissão de Orçamento, levando em conta que ia ser objeto de consideração aqui no Comitê, isso requer uma definição se quisermos aprovar a Resolução de Orçamento, e se o tema vai ser tratado em uma Reunião de Chefes, então teremos que esperar o resultado dessa Reunião de Chefes para ter o texto final da Resolução de Orçamento. Obrigado.

PRESIDENTE. Peço que deixemos transitoriamente o tema orçamento, até que cheguemos a Orçamento. Podemos encerrar o tema dos consultores lembrando à Secretaria que fica pendente uma Reunião de Chefes para tratar este tema.

Solicito à Secretaria um aide-mémoire com as propostas concretas do Equador e do Uruguai sobre modificações ao projeto de regulamentação, e com isso daríamos por encerrado, no momento atual, o tratamento do ponto 7, que é contratação de consultores.

8. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas. Consideração do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2009

Agora iríamos ao ponto 8, que é Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas.

Ali peço ao Representante da Argentina, que está nessa Presidência, que informe por favor. Ali poderá informar sobre o ponto oitavo. Obrigado.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Em meu caráter de Coordenador Interino desta Comissão de Orçamento tive a honra de presidir 4 reuniões da Comissão, onde foi tratada, exclusivamente, a elaboração da Resolução que contém o projeto de orçamento para o ano 2009.

Este projeto que os senhores têm na Mesa, com a nomenclatura CR/PR 255, parte do suposto de um incremento 0, isto é, manter o orçamento de receita e despesas da Secretaria nos seus níveis globais, nas mesmas quantias que se encontravam em 2008 e isto com duas ressalvas referidas à realização de reuniões, o orçado não seria suficiente para todas as reuniões propostas pelos Grupos de Trabalho, que a experiência passada indica que todas as reuniões previstas pelos Grupos de Trabalho nos diferentes exercícios não se realizaram e que, se necessário, então para reuniões adicionais às que alcança a quantia designada, seria necessário dispor de recursos adicionais do Fundo de Capital de Trabalho.

Também, é indicada como ressalva esta questão do incremento 0 do orçamento que o previsto para posse e afastamento de cargos tampouco se estima que seja suficiente para cobrir as necessidades que serão enfrentadas em 2009 e que esta diferença também deverá ser coberta com fundos deste Fundo de Capital de Trabalho.

Os senhores têm que ler o Projeto de Resolução 255 junto com o documento de Termos de Referência que tem o detalhe de cada uma das atividades propostas pelos Grupos e que foram consolidadas neste documento e também com o referido à lista de reuniões a serem realizadas em 2009, estes três documentos formam uma unidade e assim é indicado na resolução 1, do projeto que os senhores têm, para a consideração do Comitê.

Quanto ao detalhe deste projeto, quero chamar à sua atenção sobre alguns aspectos.

Um já foi abordado, a questão pendente do Artigo 7, referido às normas às que deve se ajustar a contratação de consultores, está na tela e caso seja considerado oportuno, poderia ser abordado neste momento buscando a redação mais adequada para refletir as preocupações dos países.

Também quero chamar a atenção sobre as formas em que foi tomada uma das iniciativas propostas pelo Secretário-Geral em seu documento sobre as medidas ou sugestões de medidas para enfrentar a crise financeira internacional. Em sessões passadas do Comitê foi resgatada, especialmente, a proposta referente ao Convênio de Pagamentos e Créditos recíprocos, como potencializar ou revalorizar este Convênio.

Isto foi objeto de uma inclusão no Capítulo V, uma atividade específica, a atividade 26 nos Termos de Referência, referida justamente tanto ao que é a difusão, o desenho de uma estratégia e a difusão das bondades que oferece este Convênio, como também gerar âmbitos de discussão para analisar alternativas de aperfeiçoamento da modalidade operacional do Convênio, inclusive com a possibilidade de realizar uma reunião de autoridades responsáveis deste Convênio para abordar esta problemática.

Outro aspecto sobre o qual quero chamar a atenção é o referente aos países de menor desenvolvimento econômico relativo no Capítulo VI, número 4, foram incluídos critérios para resolver uma questão que geralmente apresenta algumas dificuldades operacionais, que é a dos projetos em favor dos PMDERs, que já tinham algum grau de execução ou cuja execução tinha sido iniciada e, então, ver em que exercício devem ser imputadas as despesas que esses projetos geram, pelo que nesta atividade VI, número 4, foram incluídos alguns critérios para facilitar a diferenciação segundo o grau de avanço de cada projeto e, então, imputar os fundos necessários aos itens correspondentes.

Está sendo objeto de consultas técnicas uma questão muito específica relativa a nomenclatura, os trabalhos de trasposição de nomenclatura, que espero possa ser resolvido nesta manhã. Refere-se especificamente ao Capítulo III, são as atividades 5 e 13, as Representações interessadas estão trocando opiniões sobre este tema, portanto, espero que isto possa ser solucionado de modo de estar em condições de aprovar este aspecto.

No âmbito da Comissão de Orçamento, também por indicação do Comitê, tínhamos na agenda a proposta de adicionais formulada pela Secretaria-Geral na sua última versão. Esta proposta contemplava a elaboração de um mecanismo de ajuste das remunerações dos funcionários, a possibilidade de ampliar o quadro de Funcionários Internacionais em duas vagas e também a redefinição das designações de moradia e despesas protocolares dos integrantes da condução da Secretaria-Geral.

Este tema, na prática, não chegou a ser tratado porque na última reunião da Comissão a própria Secretaria decidiu retirar as propostas, ficou, porém, e conforme indicado pelo Comitê, oportunamente em pauta para o ano próximo no âmbito da Comissão o tratamento da proposta de ajuste das remunerações e também quanto a este tema, algumas Representações, principalmente a partir da apresentação por escrito das Representações da Argentina e do Chile, ficaram interessadas em que seja tratada a questão do Quadro Internacional e isso é uma matéria que deveria merecer uma indicação do Comitê para saber em que âmbito tem que ter lugar, em particular, a necessidade de ver que a Secretaria veja fortalecida sua capacidade de trabalho nas diferentes áreas em que os países o necessitam e em que medida isto pode contribuir para que isso seja assim.

Outro aspecto que foi motivo de comentário de algumas Representações e que eventualmente deveria ser tratado na Comissão no ano próximo é a questão da metodologia

para a contribuição do orçamento. A prática habitual, pelo menos a que eu presenciei desde que participo nestas reuniões, é que durante o ano se trabalha em um acompanhamento da execução orçamentária com relatórios mensais ou trimestrais que vai preparando com muita idoneidade a Secretaria e no final do ano há que elaborar a proposta de orçamento para o ano seguinte, com um formato que, ao ver de algumas Representações, mereceria um aperfeiçoamento, alguma melhoria para ser mais transparente e facilitar o manejo orçamentário da Organização.

Isto é o essencial do relatório, senhor Presidente, e estou à disposição para qualquer esclarecimento necessário, obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Antes de dar a palavra à Secretaria-Geral, gostaria de diferenciar, dentre as coisas que manifestou o Presidente encarregado da Comissão de Orçamento, que há diferentes tipos de situações. Situações que teremos que atender a partir do ano próximo, que me causam menos preocupação, e situações que devemos definir hoje relacionadas com o orçamento que vai começar a ser executado a partir de 1º de janeiro de 2009. Peço às Representações que, por favor, se concentrem naqueles temas relacionados às definições que temos que tomar hoje, não sobre o que vamos fazer em 2009.

Primeiro, dou a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. A Secretaria-Geral quer agradecer à Comissão de Orçamento pelo esforço colocado na apresentação de hoje, em particular, a tarefa desenvolvida pelo Presidente interino da mesma, que se desempenhou realmente com grande profissionalismo, o que não significa que não tenhamos saudade da Embaixadora da Colômbia, que lastimosamente não pôde acompanhar-nos por compromissos que tinha em seu país.

Presidente, o Ministro Raimondi já explicou quais as linhas gerais do orçamento apresentado, gostaria de destacar, no entanto, algumas pequenas coisas. Primeiro, que o orçamento se mantém com incremento 0. Segundo, que a Secretaria-Geral considera que isto vai ser resolvido agora pelos senhores, o Comitê resolve o orçamento, já explicou e manifestou seu parecer sobre todos os temas tratados, e aqui estão o Presidente da Comissão de Orçamento, o Subsecretário Quina, que foi acompanhado pelo Subsecretário Hartstein, e a Chefa da Divisão Administração da nossa ALADI, para todos os esclarecimentos que os senhores desejem. Há questões sobre as quais manifestamos nosso pensamento diferente, mas repito o Comitê, como corresponde, o soberano, resolverá todas estas questões.

Somente resta indicar, como Secretário-Geral da ALADI, que não estou conforme com a proposta contida no Artigo 8, e os senhores compreenderão por que, mas a decisão é obviamente desta Mesa.

Dito isso, Presidente, quer valer-me de um princípio de direito das gerais da lei e me ausentarei da sala para deixar que, nas boas mãos do Subsecretário Quina e dos demais Representantes nossos, desculpe o número de Artigo, disse 8 e é 5, está em negrito e é fácil de identificar. Sei que o Orçamento está em boas mãos, dos que mais entendem disto, portanto, agradeço-lhe muito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Fancamente consideramos desnecessária sua partida mas é a sua decisão.

Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Catalina Hayder). Obrigada, Presidente. Só queríamos agradecer a gestão ao Ministro Raimondi, pela sua valiosa colaboração na elaboração deste projeto de Orçamento para o ano 2009 e a todas as Representações que participaram ativamente destas reuniões. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada, Colômbia. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Primeiro, para informar sobre o que está no capítulo VI, atividade 4, referido à continuação das atividades em favor dos PMDERs, que já o informou o Presidente interino, como se chama aqui, da Comissão de Orçamento.

Quero dizer que os Representantes dos PMDERs se reuniram ontem à tarde, aqui na Secretaria-Geral. Participou um Representante do Equador, do Paraguai, nós estivemos como Coordenadores do Grupo, o Subsecretário Oscar Quina e funcionários do Departamento de Apoio aos PMDERs.

Depois de muitas considerações, foram levados em conta os critérios expostos por várias Representações na reunião da Comissão de ontem de manhã, e a situação dos projetos de cada país, conclui-se com a elaboração de uma alternativa que recolheria os interesses de todos os países com vistas ao financiamento dos projetos dos PMDERs.

A recomendação aprovada nessa reunião dos PMDERs é a seguinte: Critérios para determinar o financiamento, -e por isso, faço referência, está referido à atividade 4, Continuação das atividades em favor dos PMDERs, do Capítulo VI-, quanto à designação dos recursos que serão utilizados para a continuação das atividades em favor dos PMDERs foram definidas três categorias: 1º) os projetos para os que foram comprometidos recursos serão financiados com orçamento originalmente previsto, 2º) os projetos apresentados no ano 2008, para os quais não foram comprometidos recursos durante esse ano, serão financiados com esse orçamento, desde que esses projetos gerem um compromisso nos primeiros seis meses do ano 2009 e 3º) os projetos com financiamento de exercícios anteriores, e que não comprometeram recursos no ano 2008, poderão ser financiados com o Fundo de Capital de Trabalho. Isto com relação aos PMDERs.

Aproveitando que estou falando neste momento para não solicitar a palavra novamente, creio que é importante que possamos incluir, no Capítulo I, um item, como se fez no orçamento anterior, onde consta "Gestão Política do Processo de Integração", que possa ser incluído, como quarto item, algo parecido ao mesmo que foi incluído no anterior, que faça referência à agenda social da integração, e colocar entre parêntese mais ou menos o mesmo que colocamos no anterior orçamento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, suponho que a Secretaria tomou nota dos três elementos contidos na reunião dos PMDERs em relação ao ponto VI.4. Obviamente damos por aprovada essa filosofia, indicando que tampouco dessa reunião participou a Bolívia.

A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, queria referir-me a outro ponto do projeto de Orçamento que é o Artigo 5, que o Secretário-Geral nos tinha dito que não estava conforme com o mesmo.

Sinceramente, creio que não é interesse do Secretário-Geral que ele viaje em classe executiva, creio que é interesse de todos nós, creio que o Secretário-Geral da ALADI tem que ter uma estatura, é de interesse de todos os países da ALADI que o Secretário-Geral, como figura visível da ALADI, tenha pelo menos uma posição elevada e de estatura mais elevada.

Com relação a isto, sugeriria uma formulação muito simples, seria mantido o Artigo 24 da Resolução 311, tal qual está, tirando a frase “e dos Subsecretários”, ou seja, leria-se “as passagens do Secretário-Geral serão em classe executiva, ou equivalente, conforme as disponibilidades financeiras”, e aí se iria a um segundo artigo, que seria aplicado este novo critério para o caso dos Subsecretários, aí creio que teríamos algo mais equilibrado e mais justo, diria “as passagens dos Subsecretários serão em classe executiva, ou equivalente, conforme as disponibilidades financeiras e quando o itinerário superar as 8 horas entre o horário de partida e o horário de chegada ao destino final”.

Creio que é uma coisa mais equilibrada, um resultado mais equilibrado, creio que preserva a figura do Secretário-Geral que tem um papel de representação de todos nós nas reuniões. Atualmente sabemos que uma classe econômica significa dificuldades para mudar horários, questões de multas, o Secretário-Geral não pode se submeter a chegar a uma reunião, ter que estar em uma reunião por mais de 6 horas, perder o avião e não poder embarcar no avião seguinte porque sua passagem é de econômica.

Outro ponto que estamos considerando, muito rapidamente fiz um cálculo, por exemplo, eu fui três vezes ao Brasil ultimamente por mês, uma passagem em econômica de Montevideu a Brasília custa 1.150 dólares, uma passagem em executiva custa 1.500 dólares, são 350 dólares a mais, 350 dólares a mais significa, por exemplo, com relação às contribuições dos PMDERs, 5 dólares, ou seja cada país do Equador, Paraguai, Bolívia terão que contribuir com 3 dólares para a diferença entre a passagem em econômica e executiva. Para países como o Chile é uma diferença de 30 dólares e para países como meu país são 67 dólares a mais. Creio que não vale a pena submeter o Secretário-Geral a uma situação destas por uma questão tão pequena. É verdade, fará outras viagens, mas tampouco irá, por exemplo para o Brasil muitos voos não têm executiva, não tem outra opção que usar econômica. Então, creio que não vale a pena que façamos este tipo de restrição para o Secretário-Geral. Essa é a minha sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Nós tampouco estávamos em condições de acompanhar este Artigo quinto, que modifica o Artigo 24 da Resolução 311. Cremos que tanto o Secretário-Geral quanto os Subsecretários têm que ter representatividade e é muito pouca a diferença para trabalhar ou começar a trabalhar neste Comitê sobre isto.

Não obstante isso, cremos que poderíamos acompanhar a proposta da Delegação do Brasil, esclarecendo que para nós, minha Representação não pode acompanhar este Artigo 5 da forma em que está, não cremos que a cúpula da Secretaria tenha que sofrer uma espécie de, não diria “maltrato”, mas de todas formas é uma maneira de “maltrato” que o Comitê vai dar quando nega recursos que não significam neste caso nenhum dólar de aumento no orçamento porque, como acaba de dizer o Presidente da Comissão de Orçamento, este orçamento segue as mesmas pautas que o orçamento anterior e tem um crescimento 0. Não custa nada mais, portanto, não temos por que submeter o Secretário-Geral e os Subsecretários a este tratamento. Em princípio, não vamos acompanhar o Artigo quinto, mas poderíamos acompanhar a proposta do Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). No caso do Equador, considera adequada esta modificação do Artigo 24, talvez poderia ser agregado “exceto que não houvesse passagem em classe econômica”, se não houver em classe econômica passar à outra.

Creio que uma pessoa não deixa de ser o que é, não ganha mais, segundo onde estiver sentado. E estabalecendo uma analogia, não pelo veículo que tenhamos ou na casa onde moremos, não significa que a pessoa é mais. E pensando neste caso, como Representante do Equador e da política do Equador para adentro, no Equador, neste momento, pelo que sei, os Ministros de Estados viajam em classe econômica, todos os Representantes das relações exteriores em igual situação, sejam Subsecretários, sejam o que for. Essa é uma disposição que está funcionando no país, com o Presidente Correa, e inclusive, ele também não vai ser o caso que porque um avião no qual ele tem que viajar internamente, não há uma classe executiva, ele se negue a viajar.

Creio que não por icomodar o Secretário-Geral, mas com uma política de austeridade, é válido este artigo, pensando na época que vamos empreender e é, creio, uma ajuda, e mais diria eu, e esse é o êxito de países como o Vietnã, inclusive, o caso de Cuba que conheço, quando os Chefes dão exemplo, temos autoridade moral para o resto, outras pessoas não têm direito a pedir se o próprio Chefe de Estado se submeter a esta situação de exemplo de austeridade, que devemos dar. Creio que seria um muito bom exemplo para começar assim, aqui na ALADI, como alguns países o estão fazendo, desse ponto de vista, como um princípio, deve ser que exceto que não houvesse lugar no outro aí sim, mas como regra geral tem que ser em passagem econômica.

Aqui, neste momento, coincide o que é a política do Equador internamente e o que sempre pensei como pessoa, que devemos dar exemplo. Se falamos de crise e é tratado este tema, e está este artigo, creio que é um momento adequado, “pequenas economias, grandes fortunas” falam, e estou de acordo com este ponto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Alguma outra Representação quer fazer uso da palavra? Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Para tratar este ponto, no nosso país também há uma circular neste mesmo âmbito, e não creio que tenham menos altura os Ministros de Estado no Chile, inclusive o Chanceler atualmente, exceto que seja uma viagem de mais de 10 horas, tem que viajar em econômica. Tem um tema prático, justamente, para desempenhar melhor a função, um trabalho, se tiver que ir à Europa obviamente vai dormir no avião, que chegue o mais descansado possível para cumprir, de melhor forma, seu trabalho.

O Chile ontem propôs legislar neste aspecto na Comissão, justamente tomando as palavras do Secretário, ele manifestou o tema austeridade, e isto é uma economia bastante substancial, não como o manifestava talvez o Brasil, se tomarmos uma tarifa para o mesmo dia, atualmente, a diferença em geral são de 100%, e a mesma econômica pode-se comprar passagem sem restrições de trocas em todo caso.

Mas para acompanhar o consenso, se assim acontecesse, aderimos ao consenso, se quiser a solicitação do Brasil e para não incomodar o Secretário, acompanháramos, nesse sentido, não teríamos problema, mas o critério é esse, manifestamos um cenário de

austeridade, proposto pelo mesmo Secretário, e de crise em nível global, é isso somente, e se virmos exercícios de passagens ao Chile a diferença são de, pelo menos, 500 ou 1.000 dólares, não menos do que isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação do Chile. Sobre este ponto gostaria de indicar que há três possibilidades, um é deixar o artigo tal qual, que tem o respaldo do Equador e do Chile, embora estejam dispostos a acompanhar outras redações, suprimir diretamente o artigo mencionado por alguma Representação e, finalmente, está a solução de transição ou de equilíbrio proposta pelo Brasil na sua redação quando fala de diferenciar entre o Secretário, os Subsecretários e a duração das viagens.

Não me pronunciarei sobre nenhuma das propostas, digam os senhores que proposta preferem. Escuto opiniões.

A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Catalina Hayder). Obrigada, Presidente. Nós somos conscientes de todas as necessidades de restringir despesas e de limitar os orçamentos para o ano próximo, mas consideramos que o Secretário-Geral da ALADI tem uma representatividade internacional e por isso acompanhamos a proposta do Brasil. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido, apoiamos a proposta do Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Dá a impressão de que o mais consensual seria acompanhar a proposta do Brasil. Nesse sentido, e com vistas ao consenso, o Uruguai acompanharia essa proposta.

PRESIDENTE. Não havendo outras opiniões, creio que vamos aprovar a redação proposta pelo Brasil.

Quero fazer constar que não pelas argumentações indicadas pelo Brasil, em primeiro lugar, porque os aumentos são pelo menos de 100%, não de 350 dólares. Em segundo lugar, porque, no caso da Argentina, o mesmo que acontece em muitos países, dependendo da duração da viagem, Embaixadores, Ministros, etc, viajam em classe econômica, e não creio que isso seja reduzir a representatividade, mas creio que é uma solução transacional equilibrada.

Então, a Secretaria toma nota da redação proposta pelo Embaixador do Brasil que é excluir disto os Subsecretários.

Pergunto à Presidência interina da Comissão de Orçamento que outros temas ficam para resolver.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente.

Continuando com a ordem da Resolução, estávamos no Artigo 5, vem o Artigo 7, onde independentemente de uma reunião de Chefes de Representação que possa se realizar ou não, vale a pena indicar que a redação atual que está em negrito no texto, e que

os senhores têm na tela, incorpora algumas melhoras quanto à versão anterior, que estava contida no orçamento 2008. Estas melhoras são: na letra a) refere-se a que é necessário levar em conta os antecedentes de trabalhos realizados... Presidente, o Embaixador do Equador quer voltar ao ponto anterior, creio que é melhor interromper.

PRESIDENTE. Desculpe, a Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Há duas opiniões, não conheço a opinião do Chile, mas neste caso creio que não há consenso, e quero que conste o voto em contra do Equador sobre este ponto, sobre o que propôs o Brasil.

PRESIDENTE. De acordo, Embaixador, assim se fará, consenso não é unanimidade, é consenso. Há consenso, não há unanimidade. O voto do Equador em contra. Obrigado. Voltamos ao Artigo sétimo, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Então, peço que seja considerado o texto assim como está hoje, para facilitar a aprovação desta Resolução, e para isso, para que os Delegados possam vê-lo com bons olhos, ressalto algumas melhoras que houve nesta redação, que são: na letra a) faz referência à necessidade de levar em conta os antecedentes de trabalhos realizados na Secretaria-Geral, isto é, que não exista uma duplicação, que não seja aproveitado o material que já pode existir e desenvolvendo a temática da que se trata, na letra c) foi incorporado o conceito de ter um registro atualizado de consultores e que este registro tenha alguma avaliação de seu desempenho, dos consultores que foram contratados no passado qual foi seu desempenho, qual foi o valor dos trabalhos que realizaram.

Embora o tema possa ser mais desenvolvido e certamente pode ser aperfeiçoado para que as Representações se sintam mais conformes, mais satisfeitas com o mecanismo de contratação de consultores, este é um primeiro passo que poderia ser dado nesta Resolução e deixar para depois o aperfeiçoamento do mecanismo. Peço, então, Presidente, que este tema seja resolvido pelo Comitê neste momento e assim poder avançar nos outros pontos da Resolução.

PRESIDENTE. Obrigado. Para consideração do Comitê na redação, no Artigo 7. Solicita a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Creio que teríamos que aprovar este texto, vem da Comissão e creio que é um texto muito bem trabalhado. Não obstante, se continuarmos tratando o tema dos consultores em nível de Chefes, e se daí surgisse alguma modificação, modificamos a Resolução neste ponto, portanto, creio que iniciar aqui uma discussão que já se fez no Grupo seria reiterativo. Pediria que aprovássemos este texto e vejamos o que acontece em Chefes de Representação quando tratemos o tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, o que está propondo o Paraguai, definitivamente, é que aprovemos este Artigo 7, isto não significa que não possamos revisar as coisas quando se reúna, em Chefes, este Comitê para considerar toda a política de consultores.

A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Eu diria, aprovemos, em princípio, ou de primeira, porque as observações que fiz na análise anterior valem neste

ponto, então, não podemos aprovar algo, em definitiva, quando está pendente. Em princípio, está aprovado, mas será revisado na Reunião de Chefes de Representação.

PRESIDENTE. Obrigado, nisto parece haver coincidência. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nós coincidimos, mas, nesse caso, sugiro novamente que se faça alguma referência a essa possibilidade de modificação do artigo já que isto vai ser uma Resolução. A menos que o Comitê emita uma nova Resolução modificando a que aprova o Programa de Atividades.

Mas isso sugeriria, e pediria um voto de confiança, para que a Secretaria agregue um caput que faça referência a que este tema, este artigo, poderá ser modificado posteriormente pelo Comitê de Representantes, ou o conteúdo poderá ser de alguma maneira modificado.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Creio que será suficiente que conste em Atas hoje a vontade majoritária deste Comitê de que seja aprovado este orçamento com esta redação, por razões de urgência, mas que está em debate o tema dos consultores, porque este Comitê dita a Resolução, este Comitê vai ditar a Resolução modificativa, não há instância superior, é suficiente que conste em Ata.

A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Se a Mesa estiver de acordo com sua proposta, ou seja, com sua consideração, nós seguiremos o consenso.

De todas formas, juridicamente é bastante indesejável se o senhor tem uma Resolução, um projeto, e o senhor pode incluir uma janela para a modificação, depois ter que remeter a uma Ata para justificar uma modificação que vai ser uma Resolução que está emitindo um órgão da Associação. Mas se o resto dos países estiver de acordo, seguimos o consenso. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Para dar tranquilidade às Representações quanto a este ponto, creio que uma leitura ampla do Artigo 3 do Projeto de Resolução habilita a fazer, eventualmente, esta modificação e outras consideradas necessárias, ou seja, que está previsto, de forma geral, a possibilidade de que o Comitê faça modificações no orçamento, e entendemos que isto daria uma resposta à preocupação apresentada por Cuba.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Desculpe, a qual artigo fazia referência o Ministro Raimondi?

PRESIDENTE. Está falando do Artigo 3 da Resolução, número do Projeto, que consta "O Orçamento por Programas contido na presente Resolução será ajustado pelo Comitê de Representantes, com o objetivo de modificar e introduzir as atividades que correspondam, em função dos mandados e orientações que surjam da próxima reunião do

Conselho de Ministros da Associação, bem como de outras reuniões que se realizem em 2009”.

A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, infiro que nas outras reuniões estão as do Comitê de Representantes. Obrigada.

PRESIDENTE. Esclarecido o ponto, porque não há discussão sobre o fundo do tema, tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, simplesmente para dizer se com essa tranquilidade que nos deu e nos esclareceu a Representação da Argentina sobre o Artigo 3, e como já ia ser encerrado este tema simplesmente queríamos ter a certeza de que a sugestão de incorporação do Embaixador Franklin González fique na versão definitiva deste projeto de Resolução.

PRESIDENTE. Desculpe, Venezuela, não entendo o que está pedindo.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Estou pedindo ter a certeza, se a Secretaria tomou nota da incorporação que solicitou o Embaixador Franklin González em um item do Capítulo I do Orçamento por Programas, deste documento.

PRESIDENTE. A Secretaria tomou nota das recomendações do Grupo dos PMDERS, refere-se a isso? Não. À agenda social?

A Secretaria tomou nota, vai fazer uma correção simplesmente.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Desculpe, Presidente, entendo então que ficaria incorporada, no Orçamento, a proposta da Venezuela? Porque é uma proposta que foi feita agora, ou seja, está sendo incorporada uma temática, que todos estamos de acordo, sobre a qual não há, ainda, um projeto de Resolução aprovado no orçamento, creio que não é o caso, não é agora, estamos ainda trabalhando sobre a construção de um mandado, não é caso de incluir no programa de orçamento toda uma temática, um dos dois pilares da ALADI, um deles na última hora, nos últimos 10 - 15 minutos aprovando um Programa de Orçamento. Isso deveria ter sido trabalhado com muito mais tempo na Comissão de Orçamento, nos Grupos e no Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Argentina primeiro, Venezuela e Cuba.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Tratava-se da proposta de incluir uma atividade número 4, no Capítulo I “Gestão Política do Processo de Integração”, o que propôs a Venezuela, e esta atividade é uma proposta do Embaixador Franklin Rodríguez “Agenda Social da Integração”, e aqui permito-me assinalar que se olharmos as restantes atividades do Capítulo não há nenhuma que tenha uma orientação específica enfocada no temático mas que são todas responsabilidades que são parte das funções da Secretaria, e em particular, a número 3, que se refere a “Trabalhos encomendados à Secretaria-Geral pelos órgãos da Associação não previstos neste programa”, abre a possibilidade para dar lugar, eventualmente, ao desenvolvimento de atividades específicas no âmbito da agenda social.

PRESIDENTE. Poderia me dizer Artigo 3 de que página?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Não, já superamos os artigos e o que propõe a Representação da Venezuela é nas listas das atividades, se olhar na página 21, do Projeto de Resolução, e seu paralelo nos termos de referência que está na página 5 do documento mais grosso de Termos de Referência. Ali indico que a atividade número 3 tem a amplitude para atender a preocupação que está assinalando a Venezuela, “em Função dos mandados que surjam”, consta, “do Conselho de Ministros, da Conferência de Avaliação e Convergência, os Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração e o Comitê de Representantes”. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela e depois a de Cuba.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Quando o Embaixador interveio foi porque as instâncias da ALADI está claro quais são e estamos no Comitê de Representantes e as Reperesentações podem ter qualquer preocupação de apresentá-la nesta instância, e fazendo uso dessa potestade, o Embaixador Franklin González sugeriu a incorporação e mencionou esta atividade nos mesmos termos que ficou no ano passado.

No orçamento do ano passado ficou incorporado um item aberto referido ao desenvolvimento de atividades vinculada à agenda social da integração, entre parênteses, constava saúde, educação, cultura, etc, assim ficou aberta, no âmbito da qual entendemos se fez o Foro Social da Integração, que não estava vinculado nesse momento ao Conselho de Ministros, quando naquele momento se fez o Orçamento isso não estava sujeito a nenhuma disposição do Conselho de Ministros, nós o fazemos com o espírito de manter uma atividade que estava incorporada no Orçamento por Programas de 2007, ficou aberta no Orçamento, para dar continuidade a um espaço que se abriu nos termos que este órgão decidiu que assim passasse no ano passado, não nos estamos referindo a nenhuma incorporação relacionada ao Conselho de Ministros neste momento. Se não houver Conselho de Ministros, pelo menos, garantimos continuar nos termos que se iniciou esse espaço de trabalho da Associação no ano passado. Com esse espírito foi que o Embaixador disse, inclusive, para que ficasse nos mesmos termos que ficou no Orçamento do ano passado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Em primeiro lugar, para apoiar a proposta da Venezuela, entendemos que o Comitê de Representantes aprova definitivamente o Programa de Atividades, portanto, este é o espaço para fazer as adições que entendam os países e, em segundo lugar, cremos que o tratamento da incorporação da Agenda Social, embora esteja de uma forma ou não na anterior Resolução de Orçamento, é um tema aceito, acolhido, incorporado em um nível de tratamento pela Associação, e penso que merece e é oportuno que tenha um espaço previsto para o próximo ano, por decisão do Conselho de Ministros ou do Comitê de Representantes, porque por decisão do Comitê de Representantes foram incorporadas determinadas ações e atividades no ano passado. Nesse sentido, acompanhamos a proposta da Venezuela de que seja incorporada uma referência às atividades em matéria social. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian) Presidente, eu me penitencio, Venezuela e Cuba têm razão, sugeriria que se mantivesse o mesmo, inclusive, como forma

de manter a consistência, creio que os detalhes, o desdobramento de cultura, educação, esportes, isso é importante. Sugeriria que fosse mantido o mesmo texto do item aprovado no programa do ano passado, ou seja, "Atividades relacionadas com a incorporação de assuntos vinculados à integração social na ALADI (cultura, educação, esportes e saúde, etc), inclusive, como forma de manter o mesmo programa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Para apoiar a petição da Venezuela, com os outros apoios que houve.

PRESIDENTE. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Desculpe, Presidente. Agradeço a compreensão da Delegação do Brasil. Justamente o Embaixador quando o mencionou, o queríamos nos mesmos termos em que estava para não gerar nenhum debate sobre este tema mas como parte da continuidade dos trabalhos. Inclusive, pediria à Secretaria porque neste momento não lembro exatamente se foi no Capítulo I, onde haja sido que se repita, se foi ali que se ponha onde o considere pertinente mas que se reserve o espaço para continuar trabalhando na medida das decisões que este Comitê tomar.

PRESIDENTE. Perfeito. A Secretaria está tomando nota, resolvido o problema. Algum outro ponto para considerar depois de ter aprovado o 4, o 7, etc?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, mencionei no meu relatório que há aspectos técnicos relativos a trabalhos de transposição de nomenclatura, que não foi resolvido na Reunião da Comissão, e que impacta em duas atividades especificamente que são as atividades do Capítulo III, número 5 e 13, especificamente se refere à questão das preferências negociadas em tarifas nacionais. Segundo me informam, ainda não foi possível resolver esta questão, não sei se na Mesa vale a pena a troca de opiniões.

Deixo a seu critério, Presidente, se o tema pode ser tratado na Mesa neste momento, creio que é uma questão técnica muito específica, mas tem um colchete.

PRESIDENTE. Gostaria de saber se esse colchete é um colchete individual, de uma multidão, é um colchete absoluto, do que estamos falando?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). A proposta de inclusão na atividade do Capítulo III, a atividade 5 foi proposta pela Representação do México, a atividade 7 e o colchete é paternidade da Delegação do Brasil. Tem relação, pela temática, também com a atividade 13 deste mesmo capítulo.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Entendo que o colchete está somente no item 7. Vou explicar, sei que é do interesse do México esta sugestão, não tenho nada contra a incorporação do Módulo de Preferências em tarifas nacionais, o único é que isso foi proposto ontem na Comissão de Orçamento, pôde ter sido mencionado de alguma outra maneira anteriormente, mas foi proposto ontem, e realmente não tenho como aprovar isso, chamei inclusive, fui muito sincero, chamei ao Brasil para ver se podíamos aprovar isso e a resposta é que, pelo menos, temos que ter um tempo para ver o que é e o que implica para os próprios trabalhos da ALADI.

Senhor Presidente, temos um trabalho importante, que foi mandado, que é a incorporação da correlação para a NALADI/SH, das nomenclaturas nacionais, isso ainda não foi completado. Se criarmos, desde agora, uma nova tarefa para nós mesmos, a própria Secretaria não conseguiu ainda concluir o que nós nos propusemos no ano passado, se agora tivermos que criar uma nova modalidade de trabalho.

Realmente a correlação entre as preferências de tarifas nacionais com todas as preferências de cada um dos doze países, vai demandar um trabalho muito grande, não temos sequer um detalhe de como isso seria construído, o que me pedem no Brasil é que pelo menos tenhamos um tempo mais para ter as referências, os termos de referência de um trabalho como este, para que possamos fazê-lo a partir do ano próximo. Não tenho nada contra isso, o único problema é que realmente, de ontem para a noite de hoje, não tenho como aprovar esta possibilidade.

PRESIDENTE. Obrigado Brasil, tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigado, Presidente. Efetivamente tínhamos feito uma proposta em um Grupo de Trabalho sobre este módulo, e o tínhamos feito com a intenção justamente de poder aproveitar as preferências, de atender necessidades dos nossos operadores econômicos e de realizar avaliações com maior precisão.

Entendemos as razões que está manifestando o Brasil para que isto não conste no programa de atividades, mas da mesma forma, ontem na Comissão de Orçamento, foi proposta uma adição à atividade III.13, a qual preferiríamos que se limitasse ao mandado pela Resolução 316 do Comitê.

Senhor Presidente, nossa proposta refere-se a um módulo em tarifas nacionais, que certamente a Secretaria já o trabalhou, o trabalhou sobre a versão 96 e não está atualizado, mas se houver alguma oposição para que possamos ter uma informação atualizada em tarifas nacionais, que não vamos debater aqui as vantagens ou desvantagens.

Então, senhor Presidente, nossa posição em relação à Atividade III.13 é que se mantenha nos termos da Resolução 316, do Comitê de Representantes, isto é que os acordos que a Secretaria transforme para NALADI/SH 2007 sejam aqueles negociados na NALADI/SH originalmente, que assim era como estava o termo de referência dessa atividade. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Antes de dar novamente a palavra ao Brasil, lembro quero tema que o tema da discussão da NALADI/SH sim, termos nacionais sim, é uma discussão muito longa, que tivemos em diferentes âmbitos e que não está resolvida.

Portanto, pediria às partes, com uma e outra posição, que passem rapidamente sobre elas porque a realidade é que apresentar este tema na questão orçamentária, sendo um tema político de fundo, que estamos discutindo há mais de dois anos, considero que não corresponde com o nível deste Comitê. Dito isto, dou a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Não quer criar nenhuma polêmica sobre isso, queria somente lembrar ao México que o III.13 foi acordado, não somente foi acordado na Comissão de Orçamento, não consta entre colchetes, como isso também foi objeto de consenso no Grupo de Trabalho sobre Acesso a Mercados, que foi coordenado pelo Embaixador Rodríguez Gigena, desde novembro. Se o México quiser que seja

retirada também a questão da transposição dos acordos para a NALADI/SH 2007 e se mantenha somente a Resolução 316, está bem, voltamos atrás, o único que lamento muito porque vamos perder um trabalho importante que tínhamos acordado fazer e desenvolver na ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Desculpe, quero manifestar que aqui as decisão não são tomadas por unanimidade, são tomadas por maioria.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Presidente, creio que há uma interpretação errada, de acordo com o que entendi que disse a Delegação do Brasil neste momento, a atividade III.13 tinha seus termos de referência, até ontem à tarde, conforme ou limitados à Resolução 316 do Comitê de Representantes.

Ontem à tarde, a Delegação do Brasil, na Comissão de Orçamento, propôs um agregado a esses termos de referência, é aos que nos estamos referindo. De nenhuma maneira pretendemos que o Comitê reveja uma Resolução que já aprovou o próprio Comitê. A Resolução 316 é a que está mandando a conversão das preferências negociadas para a NALADI/SH 2007 daqueles acordos negociados na NALADI/SH. Até aí estavam os termos de referência desta atividade e até aí estamos de acordo.

O resto que foi proposto pelo Brasil, ontem à tarde, é o que dizemos que teríamos melhor que deixar em carteira, analisar, ver como vão os trabalhos da Secretaria nesta transposição das tarefas que já tem e depois vemos. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Muito simplesmente, então, Presidente, para terminar; então, retiramos o que agregamos ontem, que a última frase “negociadas na nomenclatura da Associação...” até o final, ou seja, voltaríamos para a Revisão 3. Está bem assim?

PRESIDENTE. Está bem. Voltaríamos à redação original da Resolução 316, ponto III.13 do orçamento. Seria eliminado o agregado final do Brasil aí e no Capítulo III.5, no ponto 7, módulo de preferência de tarifas regionais. Está claro para a Comissão de Orçamento por Programas? Há satisfação de todo o Comitê?

Celebro-o. Por favor, Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, com isto entendo que estamos em condições de submeter esta Resolução à aprovação do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Submeto à consideração do Comitê... Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Muito brevemente, qual foi o consenso que o senhor destacou recentemente?

PRESIDENTE. O consenso se refere agora a este ponto, elimina-se o que queria agregar o Brasil sobre as nomenclaturas nacionais e elimina-se o que queria agregar o México. Ficamos 0 a 0 e continuamos discutindo se é NALADI/SH ou tarifas, etc.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Não nos satisfaz a solução, mas bom...

PRESIDENTE. A Representação da Argentina solicita a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). A solução, Embaixador, é voltar à revisão 3 dos termos de referência, a forma em que estavam desenvolvidas essas duas atividades na revisão 3 do documento de termos de referência e eu aqui me permito fazer referência ao Artigo que mencionamos sobre a possibilidade de que isto seja modificado. Se na reunião de algum Grupo de Trabalho, do Comitê ou de outro âmbito resolve-se fazer algum ajuste, está aberta a porta para que isto aconteça e, dessa forma, possibilitamos que o Comitê aprove hoje o Orçamento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O que está claro e peço que o tomemos dessa maneira é que o Orçamento por Programas é um projeto que se elabora antecipadamente sobre 2009 e que este Comitê tem todas as faculdades para modificar ou o que for, é uma decisão do Comitê, então, este órgão sempre tem a possibilidade de modificar tudo isto, de forma tal que com estas ressalvas ponho à consideração o Projeto de Orçamento por Programas da Associação do ano 2009, cujo projeto de Resolução todos conhecem.

O silêncio significa...saúde. Aqui estão falando que no Projeto devemos colocar em lugar de revisão 4, revisão 3, que é a versão original anterior.

Dito isto, aprova-se com o número de Resolução 338\* o Orçamento da ALADI para 2009.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Desculpe, Presidente. A revisão 3 teve ajustes, não estou me referindo a estas atividades, teve outros ajustes, então, creio que a Secretaria tem que tomar a revisão 4 e eliminar estes dois ajustes que é mais fácil. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Estamos de acordo, o único que se modifica que volta para a revisão 3 são os dois pontos dos quais tínhamos falado relacionados com a NALADI/SH e as tarifas nacionais, todo o resto é válido a revisão 4. Estamos de acordo com isso, México?

Foi aprovado com o número 338.

Agora temos como ponto ver a apresentação da Secretaria-Geral da nova página web, podemos avisar ao Secretário-Geral que pode retornar.

#### 9. Apresentação da Secretaria-Geral da nova página WEB

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, senhores Representantes Permanentes, uma das primeiras coisas às quais nos abocamos no início de gestão foi revisar nossa página web, que, como os senhores sabem, é um dos elementos de comunicação mais importantes que tem atualmente o mundo globalizado.

Então, iniciamos essa tarefa sendo Subsecretários, nesse momento ainda Dorita Rodríguez e Isaac Maidana, e ciente da minha preocupação, Dorita fez contato com uma entidade mexicana que generosamente nos facilitou o assessoramento de uma das pessoas

---

\* A mencionada Resolução consta em anexo à presente Ata.

que mais conhece este tema no México, que é o Instituto Nacional de Estatísticas e Geografia que delegou na doutora Natalia Volkow que nos assistisse neste projeto. Para a ALADI o único custo foi trazê-la, creio que lhe pagamos o Hotel Ibis, algo que não é muito generoso, mas nos deu um apoio realmente bom.

O objetivo de hoje, Presidente, é principalmente que possam ver como está nossa página agora e depois a equipe nossa irá às Representações interessadas para uma exposição detalhada. Quero destacar a maneira em que trabalhou a gente da nossa Associação, o entusiasmo que teve, isto requereu que pessoas de vários setores e de vários departamentos pudessem trabalhar usando seu próprio tempo, extremando suas funções, que é o que os senhores sempre reclamam que é dedicação e entusiasmo no trabalho.

Então, para o que vou lhes falar da página web? Que seja a página e aqueles que a fizeram, que fale por si mesma.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Começamos a ver a página, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Desculpe, é Gabriela Cassinasco quem vai fazer a exposição, porque ela esteve coordenando este trabalho.

SECRETARIA (Gabriela Cassinasco). Bom-dia. O projeto de novo desenho surge a partir da necessidade da Organização de criar um site com mais presença na Internet.

Temos que ver a página *web* como uma ferramenta estratégica que cumpra os objetivos da Organização e tem que estar orientada ao usuário final, que nos visita e para quem trabalhamos. Devemos oferecer informação útil e atualizada, este é um ponto muito importante já que uma página *web* vai adquirir maior confiabilidade quando houver informação atualizada.

O alcance deste projeto é manter a informação que já tínhamos na nossa página web, que é muito valiosa, sabemos isto pelos resultados das solicitações de informação que chegam pelo site, por enquetes que fizemos, e pelo estudo das estatísticas dos visitantes.

Então, já que temos esta informação, a idéia é reorganizá-la de forma que seja mais fácil de encontrar e mais útil, e expressá-la em uma linguagem acessível para os usuários, reiterando que esta informação deve se manter atualizada.

Foram identificados três tipos de usuários principais, os usuários do setor empresarial, os especialistas dos setores públicos e privados e os usuários do setor acadêmico e público em geral. Com base nessa identificação de audiências, foram definidos três canais fundamentais, o canal de serviços de apoio ao empresário, o canal de integração e comércio e o canal onde se informa tudo o que é a nossa Organização.

O primeiro canal vai atender a informação geral, e faz-se *links* às informações mais específicas, que são as que tem o site atual. Tendeu-se a uniformizar a linguagem e que a redação fosse de maior compreensão para o usuário final.

O canal dedicado à integração e ao comércio é a informação específica, com linguagem técnica e abrange os bancos de dados existentes no site que atualmente temos na nossa Organização.

O canal Conheça a ALADI vai ter toda a informação institucional, as normas, a organização, a informação dos países-membros, reuniões e informação dos Observadores.

Além das outras informações que adquiriram um posicionamento na nossa página web como a Biblioteca, o Sistema de Consultas de Comércio Exterior, Imprensa, os Glossários e os Padrões como os buscadores, índices, mapas, aviso jurídico e perguntas frequentes.

Optou-se por um desenho gráfico austero e sóbrio para dar maior facilidade de visualização e de identificação da informação que o usuário procura neste site. Deu-se prioridade à velocidade de download de informação, porque devemos considerar que nem todos os usuários que temos têm grandes recursos informáticos como as linhas de comunicação, portanto, quando são incorporadas imagens são só para fazer mais compreensível a informação que estamos oferecendo.

Devemos cuidar que o que estamos oferecendo priorizando os serviços principais que temos para oferecer, isto quer dizer que, na medida em que se deseje incorporar novas informações temos que sopesar se vamos poder capturar informação, vamos poder mantê-la atualizada, e que não vá em detrimento de outras que já estamos oferecendo, e considerar que isto é um processo de melhora e manutenção contínuos, ou seja, um site não é um livro que uma vez que foi impresso fica fixo, sempre vai estar sendo atualizada, melhorada e modificada.

Este lançamento está previsto para a próxima semana, nas suas duas versões, português e espanhol, e ficamos às ordens para dar aos funcionários das Representações o apoio para uma rápida adaptação ao novo site para melhor aproveitamento da informação.

Este seria o site inicial, HOME, quando na semana próxima colocemos [www.aladi.org](http://www.aladi.org) apareceria esta informação. O que queremos mostrar aqui? A que se dedica esta organização, temos informação de integração e comércio, informação que apóia o empresário e os dados da nossa organização, além de grandes bancos de dados com informação estatística de comércio exterior, indicadores macroeconômicos, socioeconômicos e de transporte.

Sempre vamos manter uma página com as novidades das Atividades, Acordos, Documentos e países-membros e, como sempre, nos sites há informação como o índice alfabético, muito útil para adaptar-se e poder encontrar o que se deseja, porque toda a informação do site pode ser colocada com diferentes termos para encontrá-la mais facilmente, um setor dedicado ao atendimento do usuário personalizado, dirigido, interativo com o usuário, Biblioteca e publicações, os glossários, muito utilizados, imprensa, o posicionamento que já alcançou PMESLATINAS no nosso site, e um ingresso direto à consulta do sistema de comércio exterior.

Quero destacar que foram utilizadas as recomendações de “usabilidade”, ou seja, dar facilidade ao usuário que nos visita, desta forma, levamos em conta o tamanho da letra para visualizar, com facilidade, a cor de fundo, parece austero mas ao usar será possível observar que torna mais fácil a compreensão da informação.

Nesta primeira tela estão todos os grandes temas tratados, não tem que utilizar vários cliques para aprofundar nos diferentes módulos, mas de primeira vão poder vê-lo e, cada um desses módulos terá sua tabela de conteúdo com a informação e vai poder ingressar diretamente a essa informação.

Estamos a um clique de todas as diferentes informações da página, foi adotado este tipo de soluções para que os visitantes do nosso site passem a ser usuários frequentes, sintam-se cômodos, e dar-lhe todas as facilidades. Foram incorporados, em cada uma das

páginas, o caminho, como se chegou até este ponto, para que, dessa forma, com um clique seja possível chegar aos diferentes níveis do nosso site.

A apresentação da página *web* seria muito longa, simplesmente queria mostrar neste momento os critérios usados para este novo desenho e ficar à disposição para aprofundar nos diferentes tipos de informações com que conta o site, para não fazer muito longa esta apresentação inicial. Fico às ordens por qualquer consulta. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Agradecemos muito à Secretaria-Geral. Creio que todos estes avanços são realmente importantes, ofereço a palavra se alguma Representação quiser fazer algum comentário em particular, além das celebrações que merece a Secretaria.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. O senhor disse, parabéns à Secretaria por este grande trabalho e esforço que fez, e o único que queria comentar era que vamos transmitir à doutora Volkow, que esteve aqui dando este apoio à Secretaria, o próximo lançamento porque, certamente, ela estava muito preocupada pelo caro que estava para a Secretaria, em termos de trabalho, a manutenção dos dois sites ao mesmo tempo, pelo qual parabéns pelo trabalho. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada. Tenho certeza de que todas as Representações estão de acordo com estes parabéns à Secretaria e com o nosso agradecimento pela contribuição generosa de um setor público mexicano. Não havendo mais comentários para fazer sobre este aspecto, o Secretário-Geral quer falar deste ponto.

SECRETÁRIO-GERAL. Simplesmente queria mencionar o que todos sabemos, que não é suficiente implementar uma nova página, a página funciona se for alimentada, e essa é a grande tarefa, o grande desafio que temos e cremos que o Grupo de Trabalho conformado na Secretaria, que conformamos, Dorita, tomou com entusiasmo e esperamos que possam continuar e agradecer-lhes muito especialmente todo o tempo que tomaram, a dedicação do seu trabalho e obviamente o agradecimento ao México por ter nos ajudado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Com isto damos por concluída a apresentação do ponto 9.

#### 10. Assuntos diversos

...A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, era para felicitar a condução dos trabalhos da Presidência pelo senhor, que nos orgulha muito e que conduziu sempre com muita objetividade nossos trabalhos e, embora não tenhamos atingido resultados concretos, creio que o senhor permitiu que se criasse, que se construísse um entorno e uma atmosfera muito boa, com seu humor, muito divertido, sempre deu um clima e uma atmosfera muito positiva a todos nossos trabalhos, queria dar os parabéns em nome da Delegação do Brasil por esta condução muito especial de todos os trabalhos que tivemos, Presidente, e esperamos que, não sei o que acontece agora, vamos ver como passa para o próximo semestre com relação à próxima Presidência. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Secretaria-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Na verdade, pedi a palavra para falar de três temas, primeiro, queria adiantar-me porque suponho que o senhor nos dará uma mensagem no final desta sessão, e adiro ao que manifestou o Embaixador do Brasil, e o profundo agradecimento da Secretaria pela maneira em que desenvolvemos as atividades neste período julho - dezembro. Mas, ainda, o senhor não vai, mantém a Presidência até que transmita ao seu sucessor.

Por outro lado, é costume que nesta parte da Ordem do Dia, o Secretário-Geral apresenta os relatórios de suas viagens, e todo o mundo está cansado, ninguém quer saber nada das viagens, então, vou implantar, desde este momento, se os senhores considerarem conveniente, primeiro, atendendo todas as preocupações, serão informados por escrito, com devido tempo, sobre as viagens, e da mesma forma receberão um relatório, como qualquer outro funcionário da ALADI quando viaja, receberão um relatório do Secretário-Geral quando viaja, e claro, estarei aberto a qualquer sugestão a esse respeito, ou qualquer consulta que tenham sobre as viagens feitas.

Por último, gostaria de dizer que ficou no ar, no plano de trabalho nosso, o tema de impulsionar o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, e não é que queira me adiantar ao ano próximo, mas gostaria de que meditassem para que em fevereiro pudéssemos ver a possibilidade de convidar os Presidentes dos Bancos Centrais do grupo ALADI, que se reúnam aqui em Montevidéu, e dessa maneira, poderíamos também estar mais ao par de suas atividades. Geralmente, o Secretário-Geral assiste a essas reuniões mas eu gostaria de que todo o Comitê pudesse compartilhar e acompanhar e ver, e dessa maneira, estar em consonância com o que queremos, impulsionar isso no projeto de crise que estamos vivendo. Não tenho nada mais, Presidente, reiterar meu especial reconhecimento e agradecimento pessoal.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Queria referir-me ao Presidente do Comitê, e ao Brasil também simultaneamente, que vejo que de um tempo aqui, talvez a forma menos acelerada e mais profunda que estão sendo feitas as coisas, acelerada refiro-me ao tono emotivo, tenho permitido levar aos bons termos em que estamos e há dois pensamentos que sempre estão na minha mente, e cada dia estão mais presentes, que quero dizer aos senhores que León Tolstoi dizia que a felicidade consiste em que são mais valorados o que tenho que olhar e comparar ou desejar o que têm os demais, e Benjamin Franklin dizia que quem gasta menos do que ganha descobriu a pedra filosofal.

Nesse plano creio que, nessa crise mundial que vive a humanidade, que é uma crise do modelo consumista que já não dá mais, falta a penetração do pensamento budista, o pensamento oriental, que Goleman creio que o introduz de contrabando na cultura ocidental, falta para encontrar um novo estilo de vida que possa salvar o planeta, porque como vamos, se não houver mudança na consciência da gente a humanidade vai à catástrofe.

Então, como fim do ano é para refletir e novas tarefas, creio que estamos em um momento especial para fazê-lo da humanidade da América Latina e o Caribe a ALADI, nossa família e o que cada um de nós façamos com nossas ações. Obrigado aos senhores.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Muito obrigado, Presidente.

Minha Representação quer aderir às expressões de parabéns da Delegação do Brasil e muito especialmente minha Representação quer agradecer à sua Presidência pela forma em que dirigiu os debates, por deixar de lado muitas vezes esse coração que todos temos e buscar o consenso em temas bastante difíceis que teve que manejar neste período. Muito obrigado, Presidente, pelo seu trabalho.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação do Paraguai. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, para dois assuntos, um que fazemos extensivos à sua pessoa, em nome do Embaixador Franklin González, que certamente tivesse gostado de pessoalmente dar os parabéns pelo exercício de sua Presidência, visto a forma em que apesar das formalidades se relacionaram neste período, que creio que embora algumas discussões e debates formais dos temas, há um estilo pessoal que entre os dois se complementaram e também nos fizeram passar bons momentos neste Comitê, pelo que dou os parabéns e no meu nome e no nome do resto da Representação da Venezuela.

O segundo era dizer que estamos totalmente de acordo com a proposta do Secretário-Geral sobre a atividade para o ano 2009, sendo um pouco consequente com a proposta do Embaixador da nossa Representação sobre a importância do tema para continuar debatendo e fazer parte desta discussão regional que está acontecendo agora neste aspecto. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada à Representação da Venezuela e a todos os amigos que me deram uma palavra de reconhecimento, com franqueza, creio que tentei estar à altura de todos os senhores, se o conseguimos nos sentimos felizes, de todas formas ainda não finalizei minhas funções porque vou fixar a data de quarta-feira 28 de janeiro como reinício de atividades para fazer nessa ocasião a transferência da Presidência à Representação da Bolívia.

Peço à Secretaria que se possível no mesmo dia de hoje, para que tenham alguma antecipação, informem sobre esta reunião, e esperemos poder fazê-lo em vivo e em direto, e não por uma videoconferência.

De todas formas, lembro-lhes que espero os Titulares e os Alternos e o Secretário-Geral e Subsecretários próximo dia 18 com um assado de despedida do ano e da Presidência deste Comitê.

Agradeço a todos e para aqueles que não vejo, que tenham uma magnífica finalização de ano e que 2009 venha cheio de coisas boas para todo o mundo, apesar dos augúrios do amigo Edmundo de 2009. Obrigado.